



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DE ARAPIRACA
UNIDADE EDUCACIONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

JOSEFA NUNES DE OLIVEIRA

A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NO
MUNICÍPIO DE ARAPIRACA

PALMEIRA DOS ÍNDIOS

2021

JOSEFA NUNES DE OLIVEIRA

**A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTES NO
MUNICÍPIO DE ARAPIRACA**

Trabalho de Conclusão apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas/Unidade Educacional Palmeira dos Índios, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientador(a): Prof^ª. Ma. Adielma Lima do Nascimento

PALMEIRA DOS ÍNDIOS-AL

2021

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Unidade Palmeira dos Índios
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Kassandra Kallyna Nunes de Souza (CRB-4: 1844)

O48v Oliveira, Josefa Nunes de
A violência sexual contra a criança e o adolescentes no município de Arapiraca / Josefa Nunes de Oliveira, 2021.
83 f.

Orientadora: Adielma Lima do Nascimento.
Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Campus Arapiraca. Unidade Educacional de Palmeira dos Índios. Palmeira dos Índios, 2021.

Bibliografia: f. 76 – 79
Anexo: f. 80 - 83

1. Serviço social. 2. Crime sexual - crianças. 3. Problemas sociais. 4. Assistência a menores – violência sexual. I. Nascimento, Adielma Lima do. II. Título.

CDU: 364

Josefa Nunes de Oliveira

**A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NO
MUNICÍPIO DE ARAPIRACA**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas/Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Data de Aprovação: 06/5/2021.

1º Examinador: Prof.^a Ma. Adielma Lima do Nascimento
UFAL/ Campus Arapiraca/Unidade Educacional Palmeira dos Índios Curso de Graduação em
Serviço Social.
(Orientadora/Examinadora Interna)

2º Examinador: Prof.^a Dra. Marli de Araújo Santos
UFAL/ Campus de Arapiraca / U. E. Palmeira dos Índios/ Curso de Graduação em Serviço Social.
(Examinadora Interna)

3º Examinador: Prof.^a Ma. Lidiane dos Santos Barbosa
UFAL/ Campus de Arapiraca / U. E. Palmeira dos Índios/ Curso de Graduação em Psicologia.
(Examinadora Externa)

AGRADECIMENTOS

Agradeço principalmente a Deus por me ter permitido chegar até aqui; toda minha família, meu esposo por dar força e apoio moral. A minha mãe que sempre me incentivou a lutar e nunca desistir; aos professores que estiveram sempre orientando e ensinando da melhor forma possível, mesmo sem estrutura para trabalhar. E aos motoristas que nos acompanharam todos esses anos de aprendizado e conhecimento recíproco.

“Aprendi que a coragem não é a ausência do medo, mas o triunfo sobre ele. O homem corajoso não é aquele que não sente medo, mas o que conquista esse medo”.

Nelson Mandela

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo trazer uma reflexão da violência sexual ocorrida contra crianças e adolescentes no município de Arapiraca, através de dados quantitativos coletados na Delegacia de Proteção a Mulher, a Criança e o Adolescente, juntamente com os dois Conselhos Tutelares que atuam no município. Traz também, uma abordagem histórica da violência que a criança e o adolescente vêm sofrendo no decorrer dos séculos. O lugar que ela ocupava na sociedade desde século XIII, o conceito que se tinha de criança e adolescente na família e na sociedade e o que ela ganha hoje, com a criação da legislação que lhe garante direitos e a proteção de sua condição de ser humano em desenvolvimento, além de fazer uma análise da violência dentro dos moldes do capitalismo, mostrando suas manifestações na sociedade, com consequência sobretudo para as classes menos favorecidas, e uma de suas fortes expressões está na violência sexual sofridas por crianças e adolescente.

Palavras-chave: Violência Estrutural. Violência Sexual. Criança e Adolescente.

ABSTRACT

The present work aims to bring an overview of sexual violence against children and adolescents in the municipality of Arapiraca, through quantitative data collected in the Police Department of Protection of Women, Children and Adolescents, together with the two Tutelary Councils that work in the municipality. It also brings a historical approach to the violence that children and adolescents have suffered over the centuries. The place she occupied in society since the thirteenth century, the concept of child and adolescent in the family and in society and what she gains today, with the creation of legislation that guarantees her rights and the protection of her condition as a developing human being, in addition to making an analysis of violence within the molds of capitalism , showing its manifestations in society, with consequence mainly for the less favored classes, and one of its strong expressions is in the sexual violence suffered by children and adolescents.

Keywords: Structural Violence. Sexual Violence. Child and Adolescent.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tipologia da violência	51
Gráfico 2 – Ocorrências registradas no ano de 2017	57
Gráfico 3 – Agressores > 18 anos	58
Gráfico 4 – Agressores < 18 anos	58
Gráfico 5 – Ocorrências registradas em 2018	59
Gráfico 6 – Agressores > 18 anos	59
Gráfico 7 – Agressores < 18 anos	59
Gráfico 8 – Comparativos de casos entre os anos de 2017 e 2018	60
Gráfico 9 – Maiores ocorrências de violência em 2017	61
Gráfico 10 – Incidência de violência sexual e estupros por quantidade de casos registrados no ano de 2017	62
Gráfico 11 – Incidência de violência sexual e estupros por quantidade de casos registrados no ano de 2018	63
Gráfico 12 – Comparativos dos anos de 2017 e 2018 por tipos de violência	63
Gráfico 13 – Total de registros de violência sexual no ano de 2017	66
Gráfico 14 – Total de registros de violência sexual no ano de 2018	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tipos de Violência – Conselho Tutelar Região 1 - 2017	55
Tabela 2 – Tipos de Violência – Conselho Tutelar Região 1 – 2018	57
Tabela 3 – Conselho Tutelar Região 2 – Atendimento ao público – Masculino e Feminino	58
Tabela 4 – Idade de Crianças e adolescentes atendidas 2017	59
Tabela 5 – Tipos de violência – Conselho Tutelar Região 2	59
Tabela 6 – Supostos Agressores – Conselho Tutelar Região 2 – 2017	60
Tabela 7 – Conselho Tutelar Região 2 – Atendimento ao Público Masculino e Feminino – 2018	61
Tabela 8 – Supostos Agressores – Conselho Regional 2 – 2018	61
Tabela 9 – Tipos de Violência – Conselho regional 2 - 2018	62

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA	13
2.1	<u>A Construção Social da Infância no Brasil</u>	14
2.2	<u>Vida, Infância, Adolescência e Dignidade: interfaces e relações</u>	20
2.3	<u>O Sistema de Garantia de Direitos e a Construção da Proteção Social Infância à e Adolescência</u>	27
3	A VIOLÊNCIA E A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA	35
3.1	<u>A Concepção de Violência na Sociedade Capitalista</u>	36
3.2	<u>A Violência como base fundante das relações sociais na sociedade Alagoana</u>	42
3.3	<u>Violência sexual contra criança e o adolescente no município de Arapiraca</u>	48
3.3.1	<i>Sistematização dos dados coletos no município de Arapiraca</i>	53
3.4	<u>Os determinantes que omitem a denuncia da Violência sexual contra a criança e o adolescente na família</u>	65
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
	REFERÊNCIAS	72
	ANEXOS	76
	ANEXO A – Carta de Apresentação a Delegacia da Mulher, Criança e Adolescente do Município de Arapiraca	77
	ANEXO B – Carta de Apresentação ao Conselho Tutelar de Arapiraca Região 2	78
	ANEXO C – Carta de Apresentação ao Conselho Tutelar de Arapiraca Região 1	79

1 INTRODUÇÃO

A partir do século XII, o conceito de infância começa a ser discutido e abordado, iniciava-se uma discussão sobre o que é ser criança, quais suas necessidades, como seria a infância de uma criança, quais as diferenças entre o adulto e a criança? Diante de muitos questionamentos, pesquisadores e educadores propuseram-se em compreender a história da infância da criança no mundo, abordando as dificuldades, misérias, abusos, falta de respeito, exploração que as crianças sofreram e sofrem, até que sejam vistas como pessoas com necessidades, com especificidades e que precisam ser enxergadas como seres humanos repletos de direitos e cuidados que tenham em sua fase de criança um tratamento diferenciado dos adultos voltado para o que é ser criança e porque ser criança. Desta forma, o presente trabalho aborda a violência contra a criança e o adolescente, com o objetivo de contribuir com uma reflexão crítica sobre a existência da violência sexual contra criança e o adolescente no município de Arapiraca.

O trabalho tem como objetivo geral, contribuir com uma reflexão crítica sobre a existência da violência sexual contra criança e o adolescente no município de Arapiraca. E como objetivos específicos, elaborar uma abordagem histórica da violência que a criança e o adolescente vêm sofrendo no decorrer dos séculos; identificar as mudanças sobre o conceito de criança e adolescente na família e na sociedade e o que ela ganha hoje, com a criação da legislação que lhe garante direitos e a proteção de sua condição de ser humano em desenvolvimento; compreender a violência dentro dos moldes do capitalismo, a partir da violência sexual contra criança e adolescente, mostrando suas manifestações na sociedade, com consequência sobretudo para as crianças de famílias menos favorecidas. E como esse tipo de violência vem ocorrendo no município de Arapiraca; e construir um panorama da violência sexual ocorrida contra crianças e adolescentes no município de Arapiraca, através de dados quantitativos coletados na Delegacia de Proteção a Mulher, a Criança e o Adolescente, juntamente com os dois Conselhos Tutelares que atuam no município.

Vejo ser a problemática relevante, uma vez que, se faz necessário trazer a discussão sobre violência, seu surgimento dentro do contexto da sociedade capitalista, suas manifestações e a forma como ela influencia/influenciou na formação das sociedades, entendendo ser necessário abordar essas questões antes do tema propriamente dito, por se tratar de um fenômeno histórico, cultural, econômico, político, e desvinculá-lo deste contexto tiraria todo seu sentido e forma, caindo em erro. Utilizando para tanto, a teoria social crítica de Marx, entendendo que esta perspectiva traz uma leitura e compreensão da realidade em sua

totalidade, e não como uma unidade de contrários fragmentada que a ideologia e a ciência social dominante tentam passar.

O motivo pelo qual instigou o interesse para a realização desse estudo, foi o contato direto com crianças e adolescente no trabalho em que atuei. Notava-se diariamente os diferentes comportamentos, seus relatos e histórias sobre família, casa, parentes. Mesmo que sem nada concreto podia-se notar em suas falas medo, insegurança, raiva, tristeza, agressividade e timidez, em algum momento naqueles relatos, percebia-se que havia algo acontecendo com aquelas crianças, mas que ficava implícito em suas falas. Diante disso emergiu um desejo pelo assunto e aprofundamento, no que diz respeito a violência, e em especial, a violência sexual contra a criança e o adolescente.

Despertando também o interesse pela rede de enfrentamento do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como identificar o papel do Estado mediante os fatos, seus avanços, limites e fragilidades, e do assistente social, uma vez que é um dos profissionais que estão envolvidos na linha de frente desta rede de atendimento, sendo de grande importância um estudo que trouxesse o levantamento de dados nos principais órgãos de proteção à criança e o adolescente no município de Arapiraca.

Antes de discutir sobre o tema A Violência Sexual contra a Criança e o Adolescentes no município de Arapiraca e fazer um levantamento das informações obtidas a partir da coleta de dados quantitativos, através de pesquisa documental no município, foi necessário a realização de pesquisa bibliográfica, que abordou no presente trabalho uma reflexão do atual cenário brasileiro e mundial, sobre a violência, no que tange também a forma de tratamento das crianças e dos adolescentes em várias sociedades e em épocas diferentes.

Foi utilizado também pesquisa documental realizada nos dois conselhos tutelares existentes no município, como também na delegacia voltada para o atendimento desse tipo de violência. Os recursos metodológicos utilizados são relevantes para construção do trabalho, uma vez que, segundo Lakatos e Marconi, no que tange as pesquisas documental e bibliográfica respectivamente,

A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.174)

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o

pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências, seguidas de debates, que tenham sido transcritas por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.183).

Assim a metodologia utilizada neste trabalho teve sua base em pesquisas bibliográficas e documental, que deram suporte teórico ao trabalho desenvolvido, trazendo as discussões teóricas e históricas em que perpassa a pesquisa sobre a violência de forma geral e a acometida contra a criança e o adolescente, mostrando também as consequências para a vida adulta e em sociedade e todo o complexo que envolve esse fenômeno e os impactos no sistema de garantia de direitos para a criança e o adolescente no cenário brasileiro.

O trabalho foi dividido em dois capítulos, o primeiro capítulo, trata da infância e da adolescência na sociedade capitalista, trazendo a Construção Social da Infância no Brasil; Vida, Infância, Adolescência e Dignidade: interfaces e relações e O Sistema de Garantia de Direitos e a Construção da Proteção Social à Infância e Adolescência.

O segundo capítulo abordará a Violência e a Violência Sexual Contra a Criança e o Adolescentes no município de Arapiraca, abordando primeiramente a concepção de violência dentro da sociedade capitalista, em seguida a violência como base fundante das relações sociais na sociedade Alagoana, para então tratar da violência sexual contra criança e o adolescente no município de Arapiraca, finalizando com os determinantes que omitem a denúncia da violência sexual contra a criança e o adolescente na família.

Assim o presente que traz como tema, a violência sexual contra a criança e o adolescente no município de Arapiraca, almeja contribuir para os profissionais que atuam diretamente com a problemática em questão, bem como para o serviço social. Uma vez que é um tema inerente a sociedade capitalista e o serviço social, só pode ser compreendido enquanto profissão a partir deste modo de produção, pois atua diretamente no enfrentamento da questão social e suas diversas manifestações na sociedade.

A proposta deste trabalho também é trazer à tona as irreparáveis consequências que o tratamento desse tipo de violência trouxe no decorrer dos anos para a realidade de crianças e adolescentes, de tal modo que vem mobilizando vários órgãos públicos e privados da sociedade civil organizada para o combate deste tipo de violência. O que vem sendo destaque e alvo de atuação de diversos profissionais, principalmente os da área da assistência social, saúde, educação e de segurança pública. Áreas de atuação em que o assistente social também está presente, haja visto ser uma profissão que está inserida no processo de produção e reprodução das relações sociais, assim:

O Serviço Social só pode afirmar-se como prática institucionalizada e legitimada na sociedade ao responder as necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais na produção e reprodução dos meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada. (IAMAMOTO, 2011, p. 20)

O serviço social é assim, uma profissão que só pode ser compreendida a partir de sua inserção na sociedade capitalista e nas relações sociais historicamente determinadas e na inserção deste na divisão social do trabalho.

2 INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Nessa seção buscaremos entender que a concepção de criança no mundo perpassa por diversos fatores correlacionados ao espaço e ao tempo, visto que as mudanças ocorridas entre o decorrer dos anos são marcos para definir novos parâmetros e ideologias. Assim, é necessária a retomada de um pouco da história da criança no processo de mudanças na concepção de infância, como ela era vista em diferentes épocas, com ênfase nos meados do século XII, XIII e como é vista atualmente.

Ao observar a história, pode-se constatar que surgiram muitas mudanças significativas na forma de compreensão da criança e do adolescente, pois no passado a criança era vista como um “adulto em miniatura”, a única diferença era o seu tamanho, e sua estrutura frágil. Mais adiante a criança passou a ser vista como inocente e engraçadinha, proporcionando a alguns pais divertimento e alegria.

Tanto no século XII e XIII como atualmente, com todos os avanços no cenário econômico, social, cultural e tecnológico, a criança e o adolescente ainda encontra dificuldades de ter seu lugar na sociedade como sujeito dotado de direitos e escolhas, isso porque estão inseridos no contexto de uma sociedade capitalista que repete seus meios de exploração e dominação para manter sua lógica de reprodução, como num círculo vicioso. Sendo evidente que é necessária uma contextualização histórica, que vá além de uma visão econômica.

2.1 A Construção Social da Infância no Brasil

Para compreender a História da Infância no Brasil, é essencial entender as diferenças sociais e culturais perpassadas ao longo do processo de colonização portuguesa em nosso país. O modelo de colonização brasileiro esteve atrelado a práticas mercantilistas, nas quais a expansão territorial definia a potencialidade dos países envolvidos, assim, o Brasil Colônia foi totalmente afetado pelos moldes europeus de exploração (FAUSTO, 1996). Segundo Darcy Ribeiro, não existe cultura exclusivamente nacional, visto que a construção do povo brasileiro surge do processo de miscigenação (RIBEIRO, 1995; BURITI, 2003; RIBEIRO, 2011). Entretanto, os nativos passaram por um processo de aculturação, dotado da perda de seus direitos de liberdades de expressão e de culto, o que promoveu a desvalorização étnica desse povo, conduta esta que perdura na contemporaneidade (RIBEIRO, 1995; BURITI, 2003).

A história da criança e do adolescente no Brasil é vivenciada por diversas privações e dificuldades estando ela localizada e referenciada em alguns lugares no país, nas cidades e nas comunidades. Ao se propor em estudá-las, evidenciam-se diversos problemas enfrentados por elas, como, maus tratos, violência sexual, mortalidade infantil, miséria, fome, crianças abandonadas por seus pais ou sem família, vulnerável ao trabalho infantil e isso tudo sendo negligenciada pelo Estado, pela família e pela sociedade em geral.

Nesse sentido, o entendimento da infância no Brasil inicia-se a partir da análise das distinções socioculturais entre crianças indígenas e africanas, com o objetivo de serem escravizadas, as oriundas do Brasil, crianças carentes, livres e aquelas vindas de famílias ricas.

O processo de humanização era inexistente no Brasil Colonial Imperial, uma vez que a exploração infantil era totalmente aceita pela sociedade, assim, não tinha o sentimento de infância, pois os pequenos eram as miniaturas dos adultos. Com a missão jesuítica, o processo de aculturação foi se estabelecendo nos cernes sociais e as crianças eram mais aproximáveis que os adultos no método de catequese e aquisição, haja vista a facilidade de atraí-los por diversas atividades lúdicas.

No Brasil os primeiros “modelos” de crianças foram trazidas pelos Jesuítas, essas crianças se diferenciavam das outras crianças do Brasil. Nesse período pode-se apontar muito das crianças brasileiras; e ao mesmo tempo, muito pouco em relação as descobertas europeias sobre a infância. Os padres jesuítas viam as crianças indígenas, com um “papel em branco”, havendo um grande potencial de aprendizado, o que necessitava de pressa, para que estes pequenos não incorporassem os costumes perversos oriundos dos adultos pecadores. A partir daí, foram disseminados aqui no Brasil dois modelos infantis: um que passava pela criança santa, preparando-a para ser cheia de fé, e a outra, que preparava a criança nos moldes de Jesus, esta última muito difundida pelas freiras carmelitas (HENICK; FARIA, 2015).

Os elementares indícios de evolução do sentimento de infância no Brasil são observados a partir do século XVI, momento no qual

[...] os jesuítas desenvolveram a estratégia de sua catequese alicerçada na educação dos pequenos indígenas, e trouxeram crianças órfãs de Portugal para atuarem como mediadoras nessa relação; ou então, na inovação dos colégios, com a Ratio Studiorum, o programa educacional jesuítico, que estabeleceu as classes separadas por idade e a introdução da disciplina. (KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 22).

As crianças indígenas ficavam sob os respaldos dos jesuítas da Companhia de Jesus, estes eram os responsáveis para evangelizar e propagar o credo católico, no Brasil, tiveram o intuito de educar e missionar os nativos, para não mais sofrerem a escravidão e os castigos

impostos pelos portugueses (SILVA, 2015; SOUSA, 2016). A formação clerical destinada às crianças, não revelavam ou tão pouco valorizavam os aspectos socioculturais inerentes a formação de seu povo, assim como, a luta e preservação de seus costumes e tradições.

Já as crianças escravizadas passavam por diversos problemas sociais, quando nasciam vivos podiam ser vendidos pelo senhor de escravos para trabalhar em outros espaços ou podiam ficar sob os cuidados de seus pais.

O estudo da história da criança no Brasil é um assunto amplo, haja vista a especificidade da temática e a diversidade de produções relacionadas às infâncias brasileiras. Assim, a análise histórica, social e cultural é essencial para a difusão do conhecimento. Segundo Camilo Castelo Branco, escritor português, a infância está correlacionada a uma época de crenças, medos e superstições. Logo, esse período da vida é demarcado por incertezas, pela busca de informações e pelo autoconhecimento que vai sendo construído dia a dia.

Nessa perspectiva, a construção social da Infância é um roteiro recente, a criança sendo analisada como um sujeito repleto de direitos e de história foi constituída no arcabouço nacional e internacional a partir do século XIX. Então, por conta das alterações iniciadas no século XX, estudos e pesquisas acarretaram a interatividade entre a ciência e a integração com a historicidade da infância.

A iconografia “História Social da Infância e da Família” de ARIÈS (1981) foi o marco para o estabelecimento de debates sobre a conceituação do que é ser criança, tal obra proporcionou o estudo, no entanto em seu contexto social, cultural e econômico. Ariès, um precursor da temática, salientou a indispensabilidade de abranger a criança de acordo com as suas necessidades intrínsecas a idade, como um ciclo primordial e diferencial da vivência, algo moderno até então entre as pesquisas científicas no que diz respeito ao se falar da infância.

Ao longo dos séculos, o entendimento sobre as especificidades da infância e a forma de tratamento da criança foi omitido, uma vez que tal ser era visto como “adulto em miniatura”. Assim, a fase em questão ficou à mercê de uma sociedade moldada a partir de pensamentos patriarcais e de não adaptada ao pleno exercício das etapas de desenvolvimento físico e intelectual. Durante a Idade Média, as fases da vida eram vistas de formas similares, isso confirma a não existência de uma distinção entre os períodos da vida. Segundo Ariès (2002):

As “idades da vida” ocupam um lugar importante nos tratados pseudocientíficos da Idade média. Seus autores empregam uma terminologia

que nos parece puramente verbal: infância e puerilidade, juventude e adolescência, velhice e senilidade – cada uma dessas palavras na História Social da Infância designando um período diferente da vida. Desde então, adotamos algumas dessas palavras para designar noções abstratas como puerilidade e senilidade, mas estes sentidos não estavam contidos nas primeiras acepções. (ARIÈS, 1981 p. 4).

Portanto, o surgimento dos termos criança, adolescente e adulto teve seu estabelecimento na sociedade moderna. Segundo Philippe Ariès, afirma que “A criança, por muito tempo, não foi vista como um ser em desenvolvimento, com características e necessidades próprias, e sim, homens de tamanho reduzido” (ARIÈS, 1981 p.18).

Pode-se dizer que foi tardio o trato da infância dentro de uma análise histórica, entendendo a criança como sujeito histórico de direito. Foi somente a partir do século XIX, seja no Brasil ou no contexto mundial, que começa a ter uma preocupação com a infância, no entanto, “[...] mesmo a infância constituindo-se um problema social desde o século XIX, ainda não foi suficiente para torná-la um problema de investigação científica” (NASCIMENTO *et al.*, 2013, p. 2)

Essas assertivas foram, suficientes para que a infância fosse percebida como um fenômeno histórico e não apenas natural ou biológico, mesmo que ainda sendo delineados dentro de um contexto de dependência e da obediência ao adulto em troca de proteção. Aqui ainda a vida era igual em todos os estágios, como Ariès (1986), já havia colocado, na sociedade medieval, não existia, um sentimento de infância que fosse atribuído a essa fase da vida.

Foi então no século XVIII que começou dentro das famílias a criar um hábito através da pintura nas mobílias e objetos uma data para família, foi segundo Ariès (1986), a idade média que essas “idades da vida”, começaram a ser definidas, inicialmente eram divididas em seis: as três primeiras que correspondem a 1º idade (nascimento/ 7anos), 2º idade (7 / 14 anos) e 3º idade (14-21 anos) eram fases não valorizadas pela sociedade. A 4º idade (21-45 anos) juventude, onde começava a ser reconhecido socialmente; a 5º idade (a senectude) não era uma pessoa velha, mas já teria perdido sua juventude e a 6 idade (60 anos a mais).

É na idade moderna que o pensamento de Descartes passa a influenciar a história da infância, seu pensamento parte da análise separada do corpo (fisiologia) e alma (paixões), nessa perspectiva a alma dá ordem ao corpo e comanda seus movimentos, originando o dualismo e fortalecendo a concepção positivista em relação ao mundo e ao próprio homem. “O adulto passou então, pouco a pouco preocupar-se com a criança, enquanto ser dependente e fraco” (NASCIMENTO *et al.*, 2013, p.5)

Essa fase da vida só seria ultrapassada se fosse suportada essa dependência, ou ao menos, os mais elementares graus, sendo assim, infância ficou sendo usada como o termo para definir a primeira idade da vida, na qual se necessita de cuidados e proteção, ideia que perdura até hoje. Dessa forma até o século XVIII podemos dizer que a infância era desconhecida, até pelo fato de não existir um termo que definisse essa fase antes, fortalecendo o fato de que a criança não tinha um lugar na sociedade, era apenas vista como um ser.

Apesar desse avanço aparente, a criança ainda era vista apenas como ser biológico, que precisava de proteção, cuidados e rígida disciplina, apenas com o intuito de torna-los adultos aceitos e/ou uteis para a sociedade. A educação era punitiva, afim de controlar seus movimentos, “[...] quem não usa a vara, odeia seu filho. Com mais amor e temor castiga o pai seu filho querido. Assim, como uma espora aguçada faz o cavalo correr também uma vara faz a criança aprender” (LEVIN, 1997 *apud* NASCIMENTO *et al.*, 2013, p. 6). Pode-se então ver que a escola assumiu na idade média um importante papel na formação moral e social, foi também nesse período, segundo Souza 2010, que se começou a organizar um movimento no século XVII que prevaleceu até o século XIX, contrário aos “papuricos” com a criança, que demonstravam uma certa “repugnância” com a infância, começando a excluí-las de atividades que envolvessem adultos, para evitar contrariedades e abusos ao falatório que naturalmente as crianças geravam, a exemplo também dos momentos das refeições, uma vez que ainda não tinham um sentido de educação e higiene a mesa bem formados, isso fazia as crianças a fazerem suas refeições separadamente com a supervisão de uma governanta.

Para além das determinações naturais, as culturais humanas produziram e prosseguem produzindo significações para cada uma das etapas da existência do homem. Regras de conduta são institucionalizadas para as diferentes fases da vida e são expressas através do desempenho de papéis sociais. Podemos, pois, que as gerações são socialmente construídas. A construção social da infância se caracteriza pelo estabelecimento de valores morais e expectativas de conduta fora dela. (NASCIMENTO *et al.*, 2013, p.7).

Na atualidade os estudos sobre a infância, vem se organizando dentro de uma expectativa designada ‘Sociologia da infância’. Essa linha de pesquisa parte da oposição da concepção de infância como mero objeto passivo dentro de uma sociedade conduzida por instituições e adultos. Existem duas linhas de pensamento nessa tese de estudo, a primeira propõe romper com a perspectiva durkheimiana que considera a criança apenas com um receptáculo, um vir a ser. Propondo “[...] acabar com os paradoxos da ausência das crianças na análise científica da dinâmica social com relação ao seu surgimento nas práticas e no imaginário social”. (NASCIMENTO *et al.*, 2013, p. 12)

A segunda vertente propõe a investigação do “ofício da criança”, partindo da perspectiva da “infância como uma construção social específica, com uma cultura própria e que, portanto, merece ser considerada em seus traços específicos. O que essas duas linhas de estudo propõem é o fato de que a infância é uma fase que envolve aspectos históricos, sociais, culturais e biológicos, não podendo negligenciar um em detrimento dos outros, causando o risco de se perder o verdadeiro sentido do termo em seu sentido real e em sua totalidade.

Assim conclui-se que a concepção de infância de hoje é decorrente de constantes transformações socioculturais, no qual mudam os valores, os significados, as representações e papéis das crianças e adolescentes dentro da sociedade. (NASCIMENTO *et al.*, 2013, p. 11)

Com o advento da industrialização e da monopolização de serviços, a sociedade passou por uma série de transformações sociais, culturais e econômicas, pois o modo de lidar em diferentes situações foi internalizado de acordo com o modo de produção vigente. Como exemplo, a questão de cada indivíduo saber a sua idade desde que começa a se desenvolver intelectualmente.

A obra "Utopia", engendrada por Thomas Morus (2001), retrata uma ilha utópica em que as crianças detêm tempo e espaço adequado para si entreterem. Todavia, essa realidade é inexistente no cerne brasileiro, o que torna a infância dos “canarinhos” mais densa e com menos aquarelas. Este fato pode ter sido acarretado pela negligência governamental, ou pela lógica de mercado, cuja consolidação de brincadeiras no desenvolvimento infantil tornou-se um fato convencional, atípico e silenciado no círculo social.

Nessa perspectiva, Émile Durkheim, a sociedade capitalista está centrada na solidariedade orgânica, na qual existe um nível exacerbado de individualismo e uma menor coesão social. Dessa forma, a lucratividade é a primazia do modo de produção e como o divertimento com os infantes não gera produção, o lúdico tende a ser desvalorizado e silenciado na sociedade, uma vez que as brincadeiras se tornam irrelevantes para ratificar a universo robótico e técnico. Isso reflete diretamente no desenvolvimento infantil, pois, o ato de brincar promove o compartilhamento de sentimentos e emoções e sua promoção acarreta o amadurecimento do raciocínio lógico e da socialização. Sendo assim, tal ambientação confronta a visão jusnaturalista de John Locke, na qual todos são iguais em direito.

Para Caio Prado Júnior (1981, p. 13), “[...] todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo ‘sentido’ [...]”, mas este fato não é notável nos pormenores históricos, sendo vistos somente a partir de um conjunto de fatos e acontecimentos considerados importantes durante um longo período. Também, antes de analisar a infância dos séculos

anteriores, é primordial observar a construção do ideal de relações sociais, contudo, estas não são relações simples.

A adolescência no século XVIII, segundo Ariè era diferenciado da infância com o recrutamento militar dos jovens. Outros autores ainda complementam que a adolescência era sinônimo de virilidade, força e resistência, contrário do período da infância que exigia cuidado e proteção.

A industrialização no século XIX, aumentou a necessidade de mão-de-obra, como também o aumento da renda familiar para a sobrevivência, fez com que esses jovens entrassem no mercado de trabalho, contudo essa transição não era socialmente reconhecida pelos adultos, como fase do ciclo vital.

Segundo Souza (2010), foi a partir do século XIX que adolescência começou a ser entendida como uma das idades que fazem parte do ciclo da vida, o que significou priorizar o reconhecimento social das etapas de desenvolvimento ao longo dos séculos. Ainda que esse processo de elaboração e construção do conceito de adolescência é complexo e sofreu influência de contextos históricos específicos, iniciando no século XVIII, se estendendo no século XIX, tendo destaque maior no século XX, quando finalmente se estabelece como etapa da vida.

Souza ainda coloca que a adolescência é um período de perturbação e inquietação, com stress, deixando-os erráticos, emocionais, instáveis e imprevisíveis, levando a necessidade de ser tutelados por adultos, com o intuito de discipliná-los para enfrentar as “responsabilidades” do mundo adulto. Contudo deve-se levar em conta os relacionamentos, as tensões emocionais, econômicas e sociais, que tem grande impacto na passagem da infância a vida adulta, ou seja, período da adolescência.

Dessa forma “[...] a adolescência não pode ser limitada a um contexto biológico, mas concebida numa conjuntura social, econômica, cultural que permeia sua vida” (SOUZA, 2010, p. 30). Uma vez que, neste período de suas vidas, os adolescentes absorvem todas as informações demonstrando ou não senso de realidade, influenciando na sua construção e vivências sociais. É um período que não pode ser desconexo do restante da vida, que está intrínseco do processo sócio histórico de cada indivíduo.

Souza (2010) coloca que tal período da adolescência se trataria assim, de uma invenção social que depende da sociedade para dar características próprias do adolescente. Esse processo de evolução na vida está influenciado pelos avanços científicos que vem ditando os níveis de ascensão social, levando os indivíduos a passarem maior período sob a custódia dos pais. Quanto mais evoluída tecnologicamente a sociedade, maior será o período

da adolescência sob a supervisão dos pais e do estado, com maiores exigências sociais que atendam as demandas de formação profissional que o mercado exige, aumentando os níveis de manutenção do “[...] comportamento estereotipado dos adolescentes, logo a puberdade atinge a todos os seres humanos, mas a adolescência não é um fenômeno universal, e sim uma construção social” (SOUZA, 2010, p. 30).

2.2 Vida, Infância, Adolescência e Dignidade: Interfaces e Relações

Tudo na vida precisa ser vivido com profundidade e é constatado por vários escritores a importância de se ter uma infância digna com amor, respeito, direitos e atenção, pois é muito importante em cada fase da infância das crianças, principalmente em seu estado psicológico como uma infância vivida dignamente contribuirá para sua vida adulta, intelectual, social, profissional. É um momento único e de grande relevância para todo ser humano para seu contexto histórico e social como ser capaz de pensar e socializar com os demais seres, uma infância bem vivida contribuirá para uma vida adulta menos complicada com proposições positivas. Porém, é compreensível ouvir falar que a maioria das crianças não teve e nem tem em sua vida algo que lembre o que é infância para elas.

Portanto, percebe-se que o sentimento pela infância nem sempre existiu. Por muitos anos as famílias encaravam a mortalidade infantil como algo natural, uma fatalidade. Segundo Ariès, “[...] à arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse a incompetência ou a falta de habilidade. É provável que nessa época não houvesse lugar para a infância no mundo” (ARIÉS, 1978, p. 50).

Logo, diante dessa citação é notório que as famílias não priorizavam as necessidades e cuidados delicados necessários para o desenvolvimento cognitivo das suas crianças. A criança era colocada a parte como um animalzinho que assim crescesse um pouco mais seria utilizado para realizar tarefas para os adultos. Que tipo de infância era essa?

O Consoante Antonio Manuel Hespanha, aponta que a elite portuguesa utilizava o termo “família” para designar seus criados e não os próprios filhos, assim:

“Família” era, no entanto, uma palavra de contornos muito vasto, nela se incluindo agnados, mas ainda criados, escravos e, até, os bens. Em relação a toda esta universidade valiam os princípios inicialmente enunciados, nomeadamente o da unidade sob a hegemonia do pater, ao qual incumbiam direito-deveres sobre os membros e as coisas da família. Era assim quanto aos criados, ligados ao dominus por uma relação que excedia em muito a um simples mercenário, aparecendo envolvida no mundo das fidelidades domésticas (HESPANHA, 1992, p. 278).

Neste período, a diferença que existia entre o adulto e a criança era o seu tamanho, a estatura, pois assim que apresentavam uma certa independência física, eram inseridas no mundo do trabalho, acompanhados de adultos. Seus pais contavam com a ajuda para realizar as atividades domésticas como plantações, a produção de alimentos nas próprias terras, por isso assim que os filhos conseguissem se manter em pé, já podiam contribuir para o seu sustento e da sua família. Nesse período os filhos eram escravos dos seus próprios pais, os pais não viam a hora deles crescerem mais um pouco para ajudar nas tarefas e contribuir para a subsistência da família.

Logo, com essas condições atribuídas à criança, esta não passava pela fase do brincar e de estudar como ocorre com algumas crianças da sociedade contemporânea, ou seja, não experimentavam o período da infância e da adolescência. A tecnicidade detinha uma primazia diante dos diferentes contextos, a educação escolar baseava-se em técnicas robóticas e limitadas, era assim que a criança tinha sua formação em meio aos adultos, realizando as mesmas tarefas que eles, carregando os mesmos obstáculos. Por isso, a ideia de que a criança era uma miniatura de um adulto. Ademais, nessa época, a necessidade da escola, da educação formal e do ensino pela ciência era inexistente, pois o trabalho era a dignificação do homem.

A percepção da importância e da necessidade do brincar, da interação, da comunicação e do relacionamento com outras crianças na fase infantil começa a ser colocada em pauta ainda no século XV. Mas, é por volta do século XVI e XVII, onde ocorre outra mudança em relação às crianças a forma de se vestir passa a diferenciar as crianças dos adultos. Para Philippe Ariés:

Essa especialização do traje das crianças, e, sobretudo dos meninos pequenos, numa sociedade em que as formas exteriores e o traje tinham uma importância muito grande, é uma prova da mudança ocorrida na atitude com relação às crianças (ARIÉS, 1978, p. 157)

Assim, com essa “nova” forma de distinção das crianças dos adultos, aponta uma mudança significativa quanto ao seu sentimento de infância, só assim, a criança passa a ser vista como inocente frágil, afetuosa e engraçada, passando a ser fonte de distração para os adultos, tanto para os pais como para as mães. A sociedade em geral passa a se perguntar como tratar uma criança? Como agir? Como criar uma criança a partir dessa nova concepção de criança.

Ocorrendo um novo sentimento pela criança, no qual ela passa a ser “paparicada”, ou seja, tratada com atenção e afeto, ganhando carinho das pessoas em sua volta.

Segundo ARIÉS,

[...] em que a criança, por sua ingenuidade, gentileza e graça se tornava uma fonte de distração e de relaxamento para os adultos, um sentimento que poderíamos chamar de “paparicação”. Que era visto apenas para as famílias de posses já, a partir do século XVII essa “paparicação” não se limitava apenas às crianças nascidas de famílias com maior poder financeiro, outras crianças de famílias de classes baixas sendo paparicadas. Ariés (1978, p. 163) alega que “as crianças dos pobres eram especialmente mal-educadas, pois só fazem o que querem, sem que os pais se importem (mas não por negligência), chegando mesmo a ser idolatradas; o que as crianças querem os pais também querem” (ARIÉS, 1978, p. 158)

Em meados do século XVII, é evidenciado um outro sentimento de infância, no qual se desenvolveu entre os moralistas e educadores da época, inspirando a educação até o século XX. As distrações, brincadeiras e diversões das crianças trazidas até então, foram deixadas de lado, assim:

[...] o apego à infância e à sua particularidade não se exprimia mais através da distração e da brincadeira, mas através do interesse psicológico e da preocupação moral. A criança não era nem divertida nem agradável: “Todo homem sente dentro de si essa insipidez da infância que repugna à razão sadia; essa aspereza da juventude, que só se sacia com objetos sensíveis e não é mais do que o esboço grosseiro do homem racional” (ARIÉS, 1978, p. 162).

Segundo Ariès, “[...] a passagem da criança pela família e pela sociedade era breve e muito significativa para que tivesse tempo ou razão de força a memória e tocar a sensibilidade” (ARIÉS, 1986, p. 10). Os valores que eram passados para as crianças não eram nem controlados e nem assegurados pela família, pois desde cedo as crianças eram afastadas dos pais e inseridos na sociedade de forma que sua educação por séculos foi dada através da convivência da criança ou do jovem com os adultos e essa aprendizagem dá-se ajudando os adultos a fazerem aquilo que necessitavam aprender.

A família não tinha uma representação dentro da sociedade, aos poucos no decorrer da história a mesma passou a ser introduzida, com os personagens da mulher, o grupo de vizinhos e companheiros e só por último a criança, visto que na época não se tinha a necessidade de uma ligação de intimidade da criança com a família, criando “uma vida familiar”.

Mas foi nos séculos XV e XVI que começou a se falar de família, com um conceito mais próximo do que utilizado hoje. “A análise iconográfica leva-nos a concluir que o sentido de família era desconhecido da idade média e nasceu nos séculos XV e XVI, para se exprimir com vigor definitivo no século XVII” (ARIÉS, 1986, p. 210). Contudo essa ideia de família estava sempre ligada a proteção da propriedade ou a extensão da mesma, não apenas por vínculos sanguíneos e em último caso afetivos. A afetividade familiar só pôde ser percebida

de forma modesta por volta do século XIX, até então a família sempre se constituía por um jogo de interesses, sobre as rédeas do sistema econômico e da classe dominante.

A missão da família era então a conservação dos bens e a prática de um ofício que ajudariam para sobrevivência e a proteção da honra e das vidas. A família não era afetiva, não que essa prática estivesse abolida de seu meio, mas existência e o equilíbrio da família era o ponto principal, a afetividade não era importante para se existir uma família ou na família, assim,

As trocas afetivas e as comunicações eram realizadas, portanto, fora da família num “meio” muito denso e quente, composto por vizinhos, amigos, amos e criados, crianças e velhos, mulheres e homens, em que a inclinação se podia manifestar livremente. As famílias conjugais se diluíam nesse meio. Os historiadores franceses chamariam hoje de “sociabilidade” essa progressão das comunidades tradicionais aos encontros, às vistas, às festas” (ARIÈS, 1986, p. 11)

Nota-se que esse período não se existia uma vida privada do homem, todas as suas relações estão ligadas a seu ofício. E foi assim que foi percebido o processo de aprendizagem para as crianças e os jovens da época, através da transmissão na prática, pelos adultos, do ofício que iriam desempenhar. Essas crianças e jovens eram entregues a outrem, que não fazia parte da família, para que lhe fosse transmitido a aprendizagem para seu ofício. O serviço doméstico acabou por ser confundido com uma aprendizagem, como forma de educação e esse mestre era o responsável por transmitir toda bagagem de conhecimento a experiência prática, como também o valor humano que pudesse possuir.

Ariès (1986) faz uma ressalva sobre essa prática da sociedade da época, ao indagar se esse fato não trouxe uma regressão, na primeira metade do século XIX, influenciado pela mão de obra infantil presente na indústria têxtil, características da idade medieval, que seria uma precocidade na passagem para a idade adulta, além de existir as diferenças entre a criança burguesa e a do povo. Esse fato também é destacado por Nascimento (2013), quando relata a passagem da sociedade agrária para uma sociedade industrializada, fato que trouxe alterações em todo o agrupamento familiar, distanciando cada vez mais as gerações.

A afirmação da família na sociedade historicamente está ligada a preservação da propriedade, através de normas, valores e relações de poder. A educação quando dada dentro da família, normalmente burguesa, era de cunho primitivo, moralizador e doutrinário e fora desse ambiente, classe pobre, a educação acontecia com atividades realizadas junto à comunidade em diferentes contextos reforçando os vínculos de pertencimento comunitário. Tais relações faziam com que essas crianças deixassem as famílias desde cedo, e o retorno depois de adultos, quase nunca acontecia. Nesta época não era alimentado um sentimento

existencial entre pais e filho, “[...] a família era uma realidade moral e social, mais que se sentimental” (ARIÈS, 1986, p. 231)

Com o tempo houve a substituição da aprendizagem pela escola, que antes era apenas reservada para os clérigos e situações especiais, passava a ser de acesso a outros, a escola agora era como um instrumento de iniciação social e de passagem da infância para vida adulta. “A substituição da aprendizagem pela escola exprime também uma aproximação da família e das crianças ao sentimento de família e ao sentimento de infância, outrora separados. A família concentrou-se em torno da criança” (ARIÈS, 1986, p. 232)

No decorrer da história a família vem passando por transformações na sua estrutura e dinamicidade, por influência de fatores econômicos, a Revolução Industrial e recentemente os avanços tecnológicos. Desse modo a família precisa ser compreendida dentro de um processo social em constante mudança, sem negligenciar o contexto histórico. Atualmente a família pode ser compreendida, segundo Soares (2012), dentro de um contexto de desenvolvimento humano, sendo a família uma construção social, cujas configurações e dinâmicas transformam-se continuamente. É também percebido como um ambiente de reconhecimento, aprendizagem e significados para vida em sociedade, essa instituição inscreve-se na dialética das continuidades e rupturas que caracterizam a constituição de seus vínculos, não se definido a princípio, por laços consanguíneos, mas através de vinculações que gera relações.

Segundo Soares (2012), a família brasileira tem seus alicerces no período colonial, com características patriarcais portuguesa, sistema agrário e escravista, o que acarretou no sistema patriarcal brasileiro, com relações de dependência patriarcal e solidariedade entre os parentes. A família nuclear tinha sua formação pai-mãe-filho e toda uma parentela, além dos escravos, sempre imersos em lações de dependência. Com a fundação da República, considerando também as inter-relações e o contexto sócio histórico, as famílias sofreram mudanças significativas, também pela influência política e econômica. Com a industrialização o sistema propõe uma nova forma de organização social, o que acarretou na formação de uma “nova” família, com base totalmente diversa da que antes fora fundada. Soares coloca que,

Diante desse contexto, pode-se inferir que os ideais postulados pela ordem burguesa no que diz respeito à composição e ao funcionamento da família nuclear constituem-se como improváveis para a trajetória das classes populares, considerando-se, sobretudo, que tais grupos apresentam condições desfavoráveis para o exercício dos papéis correspondentes ao referido modelo. (SOARES, 2012, p. 24).

Essas mudanças sempre tiveram um impacto mais significativo nas famílias pobres, que tinham e tem até hoje sua estabilidade influenciada pela situação socioeconômica, “[...]”

contudo, compreende-se que a condição de pobreza envolve múltiplas dimensões, como as referências simbólicas significativas construídas por tais indivíduos, a partir das quais organizam e ordenam suas vidas, qualificando sua existência” (SOARES, 2012, p. 24). Começou-se então a desenvolver políticas de atendimento para essas famílias pobres, com foco na categoria familiar, contudo percebe-se diferentes inserções familiares, visto ser uma sociedade organizada por classes, existindo condicionantes para além do social, mais também histórico e cultural.

A autora ainda coloca que para além do aspecto nuclear, essas famílias eram organizadas como uma espécie de rede, com fortes laços de solidariedade, constituindo um sistema de obrigações morais que giram em torno da noção de família que se constrói e ganha sentido, firmando sua existência e ressignificando o espaço social que ocupa. A mesma ainda infere, que essas famílias na tentativa de corresponderem aos modelos hegemônicos, acabam gerando tensão e rupturas em seu meio, fragilizando assim, as relações, assim,

Pode-se entender, então, que a família não se constitui apenas como espaço privado, mas desempenha um importante papel na estruturação da sociedade, com dinâmicas que mobilizam recursos econômicos, sociais e políticos através da rede familiar, e que sinaliza a precariedade das políticas públicas a ela destinadas. A dificuldade de acesso às diferentes políticas públicas - de saúde, educação, habitação, segurança, saneamento básico, entre outras, (MIOTO; CAMPOS, 2004) produz tensões no enfrentamento das adversidades em contextos desfavoráveis e em condições mínimas de sobrevivência, com repercussões para a constituição de vínculos e o exercício da proteção, e o desenvolvimento de seus membros. (SOARES, 2012, p. 25).

A família brasileira vem nos últimos anos apresentando mudanças em sua configuração, necessitando ser pensada e analisada fora de modelos rígidos e engessados, como o modelo tradicional, essas mudanças são resultado de suas relações sociais, das mudanças no cenário político, econômico, cultural e tecnológico, das quais as famílias fazem parte e se relacionam dialeticamente.

Soares faz um balanço das famílias brasileiras segundo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), utilizando o último censo realizado no ano de 2010,

[...] o Brasil conta com mais de 60 milhões de arranjos familiares, sinal de que tais grupos vêm se reconfigurando. O quantitativo de núcleos familiares que acompanham o modelo tradicional (pai, mãe e filhos) representa menos da metade (47%) do total, enquanto as famílias compostas por apenas uma pessoa de referência (chefe de família), sem cônjuge e com filho (s) já somam 19,5%. Na última década, observa-se um aumento no número de mulheres que cuidam sozinhas dos filhos (de 17,1% para 17,4%), além da redução no tamanho das famílias (de 3,4% para 3,1%), do número de casais

com filhos (de 55,0% para 47,0%) e o crescimento de famílias constituídas por casal sem filhos (de 13,3% para 17,0%). Os dados demonstram ainda que houve um aumento no número de pessoas vivendo só. Dentre essas pessoas, 51% são mulheres e 41% correspondem a pessoas com mais de 60 anos (idosos). Vê-se também que o índice de casamento cai em relação às uniões consensuais e que há um declínio das taxas de fecundidade e aumento da esperança de vida ao nascer. É de 48,0% o percentual de famílias pobres (renda mensal per capita de até ½ salário mínimo) que vivem na região Nordeste e apresentam 28,8% da renda familiar advinda de programas assistenciais de transferência de renda, como o Bolsa-Família. (SOARES, 2012, p. 26)

Esses dados mostram que a família brasileira vem adquirindo outras características, se distanciando do padrão de familiar nuclear, com grupos cada vez mais heterogêneos, que refletem diversas possibilidades de convivência e dinâmica familiar, analisá-la tendo apenas um padrão, seria negligenciar as outras formas de vivência e suas relações com o meio, o que gera novas formas de organização. Aumenta-se no país as discussões sobre família ligadas as políticas públicas e aos sistemas de proteção social, dentro do contexto de reprodução social das mesmas.

As situações vivenciadas por esses grupos familiares são diversas, e são resultantes do modo como estão inseridos na organização social e de um sistema que não garante o mínimo para população. Esse declínio por parte do estado acaba por lançar políticas públicas que não alcançam de forma efetiva, aos que dela necessitam, neste caso as famílias, e por vezes, não percebem a família como lugar de pertencimento, proteção e construção de suas subjetividades, que compreendam sua dinâmica, as relações de conflito e tensão oriundos das diversidades enfrentadas para sobrevivência

Considerar os eventos que fazem parte do cotidiano familiar, como vulnerabilidade de crianças e adolescentes, violência doméstica, desemprego, doenças, as condições de moradia, entre outros fatores, são essenciais para compreender a família, em especial a criança e o adolescente, e as formas de atuação de políticas públicas que realmente atendam seus objetivos e contribuam para o processo de desenvolvimento dos sujeitos envolvidos.

A abordagem histórica da infância e da adolescência realizada no presente trabalho trouxe um pouco da concepção de como a sociedade foi construindo o conceito dessas duas fases da vida, e o lugar que cada sujeito ocupou, ou não, nesses períodos. Surgiu assim, a necessidade de se definir os ciclos da vida humana para além de uma concepção biológica, ou função social, econômica ou de sobrevivência, mas entendê-los como sujeitos de direitos, sem negligenciá-los em aspecto histórico e social. Quando não eram vistos como um adulto em miniatura ou apenas como uma força de trabalho, a criança e o adolescente, ao longo da

história demorou a ser visto como um sujeito que requer atenção na sua formação não só pela família, mas também pelo estado, que vá além de uma educação que forme para o mercado de trabalho, ou punitiva, responsabilizando apenas o indivíduo ou a família. É em meio a essas relações de tensão e poder que se vê necessário abordar sobre o sistema de garantia de direitos e de proteção social para a criança e o adolescente, que será abordado no próximo tópico.

2.3 O Sistema de Garantia de Direitos e a Construção da Proteção Social à Infância e Adolescência

A trajetória histórica da criança e do adolescente traçada no presente trabalho mostrou como a sociedade de diferentes épocas as tratava e lugar que as mesmas ocupavam. A criança era vista como um adulto em miniatura, sua forma de vestir e o comportamento que reproduziam na sociedade não diferenciava dos adultos da época. Desde cedo as crianças eram separadas de suas famílias e inseridas em uma educação para o trabalho, isso as das famílias proletárias, na qual a única educação que poderiam ter acesso era para transmissão de um ofício e mesmo quando esse panorama trouxe alguma mudança, seus objetivos não se distanciavam, a educação era de cunho repressor, moralista e punitiva.

Por anos foi negligenciado a importância da infância e da adolescência dentro da sociedade, de como a atenção a essa fase da vida pode influenciar na formação do adulto do futuro. Mesmo as primeiras intenções de “cuidado” estavam cheias de segundas intenções, o intuito era formar mão de obra para o mercado para atender os interesses do capital, fazendo movimentar esse grande ciclo político e econômico que movimenta a sociedade capitalista carregada de princípios neoliberais.

Para falar sobre um sistema de proteção e garantia de direitos para a criança e o adolescente no Brasil, segundo Perez e Passone é necessário notar que,

[...] os estudos realizados no campo das políticas sociais no Brasil, há um conjunto de trabalhos que propala a inexistência de um efetivo sistema de proteção social até 1990, devido à insuficiência do atendimento diante do abismo sociocultural e econômico existente na sociedade ou mesmo do frágil reconhecimento dos direitos civis, políticos e sociais na nossa cultura política e no incipiente estado democrático que possuímos. Tais estudos consideram o “arcabouço social” existente apenas como um instrumento de controle e legitimação da ordem política e social, principalmente em períodos autoritários e populistas. (PEREZ; PASSONE, 2010, p. 650)

De fato, foi a partir da Constituição Cidadã de 1988, que o panorama nacional de direitos começou a ter uma mudança significativa em todo o território nacional. E mais especificamente, falar de uma política de proteção voltada para a criança e o adolescente, só foi possível com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990. Momento que a criança e o adolescente passam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos em situação peculiar de desenvolvimento e da adoção da proteção integral. (MELIM, 2012)

Proteção integral que agora percebe o valor da criança e o adolescente como seres humanos, necessitando de respeito a sua condição de pessoa em desenvolvimento, e de seu papel na continuidade geracional, de seu povo, de suas famílias e da espécie humana, como também reconhecer sua vulnerabilidade nesta fase da vida, fazendo com que a criança e o adolescente sejam merecedoras da proteção integral por parte das famílias, da sociedade e do Estado, que compete desenvolver políticas específicas e efetivas que garantam o atendimento, a promoção e a defesa de seus direitos. Antes da criação do ECA, “[...] os direitos não fizeram parte da história da infância/adolescência, cujas práticas sociais no Brasil voltadas aos estratos empobrecidos da classe trabalhadora têm marcas assistencialistas, corretivas e repressoras.” (MELIM, 2012, p. 168)

Ainda segundo Melim (2012) os estudos mostram que as ações voltadas para as crianças e adolescentes no Brasil, apontam um predomínio de ações voltadas especialmente para as crianças pobres, abandonadas e delinquentes, então denominadas “menores”. A pobreza era então criminalizada, reforçando historicamente o uso de ações que evitassem que essas crianças e adolescentes se tornassem potenciais delinquentes que pudessem, assim, ameaçar a ordem social instaurada. Essa concepção de crianças e adolescentes tidas como “menores” só promoveu uma triste história de práticas violentas e repressoras que não garantiam a cidadania desses sujeitos.

Ressaltam, no plano das ideias, o movimento higienista associado aos médicos e filantropos, o positivismo dos militares, com imperativos de “ordem e o progresso” e a sociologia evolucionista, como determinantes da constituição e da consolidação do espaço social destinado à infância, por meio de mecanismos conhecidos como “escala da moralidade” ou da “profilaxia da criminalidade”, que discriminavam as crianças desvalidas, classificadas como “menores”, daquelas que possuíam infância ou eram parte da infância concebida como produtiva (PEREZ; PASSONE, 2010, p 654)

Analisando a história da infância no Brasil colonial, é perceptível que suas práticas eram assistências, voltadas para crianças pobres e para o trabalho, as crianças indígenas eram catequizadas enquanto trabalhavam e os pequenos escravos, desde cedo já serviam seus

senhores; as crianças que eram abandonadas eram “cuidadas” pelas Santas Casas de Misericórdia, até completarem sete anos, idade que poderiam fazer trabalhos laborais e então assim, eram entregues para o trabalho, as órfãos eram entregues a asilos, onde desenvolviam um amor para o trabalho. Mesmo Brasil tendo uma industrialização tardia, a criança e o adolescente eram visto como uma futura mão-de-obra para a indústria, e essa capacidade para o trabalho era visto pela ideologia dominante como o único bem da sociedade empobrecida. Esse pensamento se estende na história do país até o período republicano, em que a assistência aos pobres era voltada, para uma disciplina do trabalho, que seria necessária para “proteção da sociedade” e para prevenir “futuros” delinquentes ociosos. “A matriz que orientou as primeiras intervenções referentes ao público infante-juvenil no início do Brasil republicano expressava um projeto manifesto de proteção à infância que, em última instância, visava mais à defesa da sociedade” (PEREZ; PASSONE, 2010, p 655).

A prática de castigos violentos e a submissão a péssimas condições de vida, que nesse período da história da “atenção” as crianças e adolescentes, eram constantes. A resistência de crianças a catequizações já era motivo de forte punição, a criança escrava que já era submetida a castigos frequentes, também tinha um índice de mortalidade alto devido as precárias condições que viviam seus pais, nas Rodas dos Expostos esse índice também era elevado devido falta de condições de higiene, alimentação e cuidados em geral.

Perez e Passone ainda colocam que:

Em meados do século XIX, o período conhecido pelas Rodas dos Expostos passaria a ser alvo de críticas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, criando condições para o advento da pediatria no país, bem como as ações de entes privados, com caráter filantrópico, marcadamente influenciados pelo movimento positivista e higienista que se delineava no cenário internacional. (PEREZ; PASSONE, 2010, p 653)

A reclusão também era uma prática frequente nas ações destinadas a criança e adolescente brasileiros. Essa reclusão se dava em lugares distantes da cidade, muitas vezes em ilhas, no qual eram depositadas centenas de crianças entre 7 e 8 anos, que recebiam uma educação com instruções, praticamente religiosa, vivendo em ambientes muitas vezes escuros, sem higiene e ventilação, em condições insalubres. “Essas crianças eram pessimamente alimentadas, sujeitas a castigos severos, dos quais o mais suave era o suplício da fome e da sede. O trabalho era tido como a forma de se evitar que os asilos se tornassem viveiros de parasitas” (MELIM, 2012, p. 169)

Melim (2012), ainda coloca que foi nesse período que surgiram as polícias das famílias, que seriam para o bem dos infantes. Essa polícia tinha a autoridade de entrar nas

casas e interferirem diretamente na moralidade da família, o controle social existente muito mais que constituir um direito era uma imposição. Essas práticas seguiram até o ano de 1927, em que foi criada a primeira legislação específica para a infância brasileira, o Código de Menores Mello Mattos, que trazia diretrizes para o cuidado das crianças empobrecidas, apenas relacionado ao internamento reforçando as antigas práticas.

Em 1920 realizou-se o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, impulsionando a criação de uma agenda sistematizada sobre a proteção social, e passou a ser debatida pela sociedade a regulamentação da assistência e proteção aos “menores abandonados” e “delinquentes”, culminando com a promulgação do Código de Menores em 1927. Segundo Faleiros, esse código incorporou “tanto a visão higienista de proteção do meio e do indivíduo como a visão jurídica repressiva e moralista” (1995, p.63). Se, por um lado, previa o acompanhamento da saúde das crianças e das nutrizes por meio da inspeção médica e da higiene, por outro, intervinha no abandono físico e moral das crianças, retirando o pátrio poder dos pais; internando os abandonados socialmente e repreendendo e instituindo a liberdade vigiada aos jovens autores de infração penal. No âmbito do reconhecimento jurídico, uma das mais importantes contribuições dessa legislação foi referida no Capítulo 9 que discorre sobre a regulamentação do trabalho infante-juvenil, proibindo que se empregassem crianças com menos de 12 anos de idade e fixando, para os jovens menores de 18 anos, jornada de trabalho de no máximo seis horas diárias. (PEREZ; PASSONE, 2010, p 655)

Somente nos anos 40 foi criada, pelo governo, uma política mais clara de atendimento a infância pobre, criando órgãos responsáveis por planejar e gerenciar essas ações de atendimento a esse público, essas ações centralizaram-se na esfera federal do governo, surgindo nesse período o Serviço de Atendimento ao Menor (SAM), que era responsável pelos serviços assistenciais nos patronatos agrícolas e institutos públicos. O SAM, encaminha esses jovens após triagem, para esses espaços de internamento. Melim (2012), coloca que as instituições que o SAM encaminhava os jovens, manteve as experiências mais condenadas a assistência a criança e ao adolescente, a vigilância e os castigos corporais eram práticas constantes. Nessas instituições a autonomia e a individualidade dos sujeitos eram negadas, prática de violência era comum, como também uma série de rebaixamentos, degradações e humilhações, os maus tratos iam desde a falta de qualidade da alimentação, superlotação, falta de higiene, da precariedade do espaço físico e da exploração sexual.

Em 1955 foi apresentado pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, um projeto de um novo órgão, o Instituto Nacional de Assistência a Menores (INAM), o projeto pedia a extinção do diretor do SAM, a criação de uma diretoria e de um conselho com representação da comunidade, no entanto seus objetivos e estrutura não se diferenciavam do

SAM, mas se teve um cuidado para se definir com clareza sua autonomia. Logo após a entrega do projeto no congresso foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, para apurar irregularidades ocorridas no SAM. Seis anos depois foi aberto nova sindicância para apurar irregularidades no SAM, o que acarretou sua extinção, sendo nomeada uma comissão para elaboração de um anteprojeto para criação da Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e as Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor (FEBEMs), anteprojeto esse aprovado em primeiro de dezembro de 1964 e transformado na lei n.º 4.513.

Para Melim (2012) mudam-se os nomes mais as práticas e representações continuavam as mesmas, as crianças e os adolescentes ainda eram considerados os “menores” da sociedade, e isso levava a aceitação por parte de muitos seguimentos da sociedade, da violência praticada contra eles. O sistema FUNABEM/ FEBEMs tinha como meta oficial proteger a criança/adolescente dos "desajustamentos" sociais e da marginalização, visando integrá-la e ressocializá-la na vida em comunidade, no entanto esse objetivo se distanciava na prática, reproduzindo a lógica do regime militar da época, com atitudes repressoras, confinamento e violência. Mais uma vez o sistema de “proteção” para crianças/adolescentes brasileiros mostrou-se ineficiente, servindo apenas para a reprodução da marginalidade entre eles, reforçando ainda a criminalização da pobreza.

A FUNABEM de caráter normativo, era o órgão encarregado de repassar recursos. E esses recursos seriam destinados a órgão locais, então, foram criadas, nos estados brasileiros, as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor – FEBEMs. No entanto suas ações não apresentaram resultados, aumentando cada vez mais os números de internações. Diante do quadro exposto foi instaurado uma Comissão Parlamentar de Inquérito, ficando conhecida como a CPI do Menor,

A CPI apresentou, em 1976, um diagnóstico revelando que havia no Brasil cerca de 25 milhões de “menores” carentes e/ou abandonados, ou seja, 1/3 da população infanto-juvenil. A crescente urbanização e migração e, conseqüentemente, o incremento populacional contribuíram para o aparecimento, ao redor das cidades, dos “cinturões de pobreza”. Diante desse quadro, cabia ao órgão competente – neste caso, a FUNABEM – a implementação do Plano Nacional de Bem-Estar do Menor. No entanto, até aquele momento, a Fundação não apresentava condições para solucionar essa questão, que encontrava as suas raízes na péssima distribuição da riqueza produzida socialmente. O relatório ainda constatou que as FEBEMs também não dispunham de recursos suficientes para enfrentar a questão, o que confirma o caráter de descaso que foi dado às políticas sociais brasileiras. (MELIM, 2012, p. 173)

Entre os anos de 1974 e 1980, houve, o que Perez e Passone (2010), vão chamar de um progressivo dismantelamento da ordem autoritária, que trouxe características de ampliação do espaço político-organizacional, ligados ao campo social, priorizando o atendimento de seguimentos de baixa e expansão de estruturas sociais. Na década de 80, o sistema social refletia a crise econômica mundial, paralelamente com a crescente organização da sociedade em luta pela liberdade e democracia,

Os anos subsequentes foram acompanhados por uma série de denúncias sobre as injustiças cometidas no atendimento infanto-juvenil no país, desvelando “a distância existente entre crianças e menores no Brasil, mostrando que crianças pobres não tinham sequer direito à infância. Estariam elas em situação irregular” (PEREZ; PASSONE, 2010, p 663).

Pode-se assim assinalar que as características que marcaram a história das políticas sociais brasileiras, no tange a infância e à adolescência, fora marcada por reprodução de estereótipos para os indivíduos dessa faixa etária de delinquentes e abandonados, com destaque para a criminalização da pobreza, que fazia com que a criança pobre fosse vista como futuro marginal em potencial, sendo necessário reprimi-la e corrigi-la, através da violência. Não se priorizava outras formas de prevenção, mas sim a internação, produzindo nesse meio uma educação para o trabalho, disseminando a ideia de que a força de trabalho era o único bem que a criança pobre possuía, sendo forçadas a trabalhar. Quando enfim o Estado passa a ter um papel mais importante nesta política, age com práticas compensatórias e não-preventivas, fortalecendo o assistencialismo e a segmentação da população e a não cidadania das crianças pobres.

A promulgação da Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, foi fruto de um contexto de lutas, contradições, reivindicações e mobilizações de diversos segmentos da sociedade, e marcou um novo direcionamento político e social em nosso país, de tal modo que as demandas populares passaram a ter a possibilidade de se manifestar no interior do Estado. (MELIM, 2012, p. 174).

A Constituição de Federal de 1988, trouxe vários avanços no que diz respeito aos direitos e deveres da população, incluindo nesse cenário constitucional mulheres, índios, crianças, adolescentes entre outros, que foram marginalizados no decorrer da história. De acordo com a Constituição brasileira, toda criança tem o direito de brincar, sendo este um processo necessário para o desenvolvimento saudável infantil, cabendo à sociedade e às autoridades públicas garantirem a ela o exercício pleno de gozar esse direito (BRASIL, 1988). Entretanto, a prática deturpa a teoria, visto que os canarinhos estão à mercê da lógica estatal, na qual a infraestrutura citadina refrata na desumanização dos espaços públicos e,

consequentemente, inviabiliza a construção de relações interpessoais, sendo estes importantes para a solidificação da recreação infantil. Sendo assim, a negligência governamental colabora para a existência de uma realidade distópica e distanciada do ambiente idealizado por Thomas Morus (2001).

No que diz respeito à criança e ao adolescente, foi a partir do artigo 227 da CF/88, que fala do dever da família, da sociedade e do Estado em assegurar seu desenvolvimento social, que os preceitos do ECA foram normatizados. Várias mudanças ocorreram na década de 80, em relação ao pensamento sobre a infância e a adolescência, possibilitando o envolvimento dos movimentos sociais e acontecimento de fóruns. Um deles foi Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR) em 1986, que no primeiro encontro reuniu 500 meninos de rua de todo país, para discutir suas necessidades e perspectivas, preparando terreno para criação do ECA.

Foi também nos anos 80 que teve a criação do Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – Fórum/DCA. Como também o movimento da “Criança e Constituinte” organizado pelo Ministério da Educação, que recolheu 250 mil assinaturas em apoio a inclusão de artigo na constituição de tratasse dos direitos da criança e do adolescente em território nacional. No cenário internacional, destacaram-se, no mesmo período, o Ano Internacional da Criança (1979) e a Convenção dos Direitos das Crianças (1989), marcos importantes para as inovações nos direitos desse segmento.

Assim, a Convenção dos Direitos das Crianças direcionou a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, que teve como atores envolvidos: entidades da sociedade civil articuladas no Fórum DCA, dirigentes e técnicos governamentais através do Fórum Nacional de Dirigentes Estaduais de Políticas Públicas para a Criança e o Adolescente (FONACRIAD) e a Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança. (MELIM, 2012, p. 175).

Em 13 de julho de 1990, foi decretada a lei nº 8.069, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, revogando o antigo Código de Menores e introduzindo a Doutrina de Proteção Integral, passando a criança e o adolescente a ser percebido como sujeito de direitos, vivendo em um Estado Democrático de Direitos que observa seu peculiar processo de desenvolvimento, físico, mental, moral, espiritual e social, tendo prioridade nas linhas de planejamento de políticas sociais.

O Estatuto possibilita condições legais para que estabeleça mudanças no cenário nacional no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas sociais voltadas para a infância e juventude, como também, nas instituições que atuam nessa área. Essas mudanças estão na

inclusão de novos direitos para a infância e a juventude e envolve tanto os direitos individuais (vida, liberdade e dignidade) quanto os coletivos (econômicos, sociais e culturais).

A Doutrina de Proteção Integral passa a abranger políticas sociais básicas, como saúde, educação, habitação, lazer e profissionalização e outras consideradas direitos de todos e dever do Estado; as políticas de assistência social destinada aos que necessitam; as políticas de proteção especial que envolve crianças e adolescente em risco pessoal e social; e as políticas de garantia para crianças e adolescentes envolvidos em conflitos de natureza jurídica. O conjunto articulado dessas políticas é o que se denomina de Sistema de Garantia de Direitos, abrangendo todas as crianças e adolescentes em território nacional sem qualquer tipo de distinção. (MELIM, 2012, p. 176)

Perez e Passone, explica o Sistema de Garantia de direitos dividindo em três eixos:

O Sistema de Garantia de Direitos está composto por três eixos: promoção, defesa e controle social. No eixo da Promoção, destacam-se as políticas sociais básicas (saúde, saneamento, educação, moradia etc.), as ações do poder executivo e do conselho de direitos. Já o eixo da Defesa consubstancia-se pelas políticas de assistência social e proteção especial, pelos Conselhos Tutelares, pelos centros de defesa da criança e do adolescente, pelo Ministério Público, pelo Judiciário e pela Segurança Pública, com suas delegacias especializadas. Por fim, o eixo do Controle Social, composto pelos Conselhos de Direitos, Fóruns de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes e outros instrumentos judiciais e institucionais de controle interno da administração pública como a Controladoria, Tribunal de Contas, Ministério Público, Poder Judiciário etc. (PEREZ; PASSONE, 2010, p. 669).

Esse novo sistema propõe romper com o assistencialismo que estava presente nas antigas práticas destinada a esse público. Todo trabalho social deve estar voltado a ideia de cidadania e emancipação, capazes de transformar as crianças e adolescentes em sujeitos históricos, detentores de seu próprio destino, respeitando as potencialidades e limitações de cada fase de seu desenvolvimento pessoal e social. O Controle social é feito através da participação popular, com a criação de Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e outras formas de fiscalização,

Dessa forma, mais uma vez podemos destacar o marco regulatório no Brasil no que tange aos direitos da infância/adolescência em que o ECA representa uma inovação no campo da proteção infanto-juvenil. Em sintonia com o marco regulatório internacional, o ECA, e os esforços que vêm sendo empreendidos por sua regulação, expressos no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE e no Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC, constituem um significativo passo na proposição dos diversos planos e programas em várias frentes de direitos ameaçados ou violados, tais como: trabalho infantil, exploração

sexual, violência doméstica, entre outros. Mas não sem contradição, porque os tempos difíceis em que vivemos são de profundo ataque aos direitos no país; (PEREZ; PASSONE, 2010, p. 677).

No ano em que o Estatuto da Criança e do Adolescente completa 30 anos de sua criação, ainda se enfrenta muitas dificuldades para sua real efetivação na sociedade e na cobertura de atendimento. Estamos vivenciando uma época de ataques aos direitos conquistados e retrocessos, na linha de frente desses ataques estão as políticas sociais, entendidas em sua relação com as expressões da questão social e na produção e reprodução da classe trabalhadora e na sua posição frente as forças políticas em confronto, isto é, o papel desempenhado pelo Estado e as classes sociais. A plena garantia de direitos, defendida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, encontra seu entrave dentro da política econômica cada vez mais perversa, redutora da igualdade social e concentradora de renda, que leva as políticas sociais direcionadas a criança e ao adolescente de hoje, a realizar ações focalizadas, seletivas e com limitados recursos humanos e financeiros.

Hoje ainda observamos uma clara continuidade das ações direcionadas as classes mais pobres, no que diz respeito à criança e o adolescente. Se antes era uma tentativa da ordem social vigente de controlar e disciplinar os pobres e adaptá-los a ordem do capital, hoje vemos claramente a diretriz neoliberal presente na focalização e segmentação das intervenções sociais. Logo qualquer intervenção nesse campo deve considerar as relações antagônicas presentes nas diferentes formas da expressão da questão social que envolve a temática da criança e do adolescente, pois temos de um lado a Doutrina de Proteção Integral e do outro o sistema neoliberal, que prevê cortes nos gastos sociais e a diminuição do déficit público.

3 A VIOLÊNCIA E A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA

Nessa seção antes de se tratar da violência sexual acometida contra a criança e o adolescente como propõe o presente trabalho, faz-se necessário abordar sobre a concepção de violência, seu surgimento dentro do modo de produção capitalista, que está presente em praticamente em toda organização social.

A sociedade contemporânea na passagem do século XX ao XXI apresenta um panorama das mais diversas formas de violência, conhecidas e desconhecidas, manifestas desde terrorismo de Estado, violência urbana, narcotráfico, conflitos éticos, religiosos, dentre outras, que evidenciaram as relações de poder existente dentro de uma sociedade capitalista organizada.

Dessa forma, se trará reflexões sobre a violência estrutural que será abordada através das relações sociais e de poder exercidas dentro do modo de produção capitalista. Trazendo também o entendimento de que, esta forma de violência, proporcionou o surgimento de outras manifestações de violência na sociedade, uma vez que vários são os fatores que influenciam na organização social vigente, como, políticos, econômicos, étnicos, culturais, religiosos, digital entre outros, para então se tratar da violência em âmbito estatal e por fim, mostrar o cenário da realidade da violência sexual contra a criança e o adolescente no município de Arapiraca e alguns determinantes presentes nas formas de denúncia e/ou omissão nesses casos.

3.1 A Concepção de Violência na Sociedade Capitalista

Atualmente a discussão sobre violência se tornou bastante frequente em toda a sociedade, diariamente somos abordados com diversas informações de algo violento que aconteceu, seja em âmbito local, municipal, estatal, nacional ou mundial. São muitos que desde o século XX ao XXI vem sofrendo com a violência, embutida nas relações sociais e de poder que vem organizando a sociedade moderna. Que a medida que vai se estruturando traz consigo novas formas, técnicas e características cada vez mais brutais de violência, com o único fim de manter a ordem social vigente, a capitalista.

Não se tem uma definição ou teoria única para violência, tendo em vista sua complexidade e características particulares, e a forma como a mesma vem se apresentado em diferentes períodos da história da formação da sociedade. A Organização Mundial da Saúde

(OMS), define violência como,

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002, p. 05).

Esta definição trazida pela OMS associa intencionalidade com a prática do ato propriamente dito, independente do resultado produzido. A inclusão do termo 'poder' amplia ainda mais a definição do termo e do ato de violência, atos que resultam de uma relação de poder, inclusive ameaças e intimidações.

Segundo Lima (2010), Marx aborda em seu primeiro livro de O Capital, capítulo XXIV, sobre o tema da violência dentro das relações de poder. Relações econômicas e extras econômicas, que influenciaram no surgimento e organização do capitalismo, e que se faz necessárias para sua manutenção nos dias atuais. A transformação de relações não capitalistas em relações capitalistas de produção não se deu como um desenvolvimento natural da sociedade capitalista, mas sim é resultado de uma transformação histórica, através de um conjunto de forças extras econômicas que impulsionou uma mudança decisiva na organização da sociedade.

Segundo Lima (2010) Marx ao tratar da acumulação primitiva, detêm-se também na análise de determinantes extras econômicos, apresentando uma série de acontecimentos históricos que propiciaram o surgimento do capitalismo, que após seu surgimento e este já estando implantando, esses eventos históricos deixam de fazer parte de sua gênese e tornam-se parte fundamental para seu funcionamento. Ressaltando a todo momento a importância do poder de Estado, que sendo uma instância de concentração de forças políticas e da violência, desempenha um papel importante no funcionamento do sistema capitalista.

Desse modo com implantação do sistema capitalista, foi-se mudando o cenário rural para o urbano, a dissolução do sistema feudal para a emergência do capitalista. Os trabalhadores rurais migravam para as cidades em busca de trabalho o que acentuou as diferenças entre campo e as zonas urbanas. Diferenças essas, econômicas, sociais, culturais e de classes, ditas como naturais e próprias do sistema capitalista, necessárias para seu funcionamento, assim Lima coloque que,

Opondo-se à explicação burguesa de que as disparidades entre ricos e pobres decorre da diferença de comportamento entre o homem naturalmente laborioso e aquele naturalmente perdulário, Marx afirma que “na história real, como se sabe, a conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em

suma, a violência, desempenham o principal papel” (1984, p. 261-262). Sua análise vai demonstrar que as leis supostamente “naturais” do modo de produção capitalista só puderam entrar em operação a partir de uma série de medidas de força extra-econômicas, indispensáveis ao estabelecimento das relações capitalistas. (LIMA, 2010, p. 03)

O poder estatal teve influência decisiva de mudança nesse processo, através de leis e medidas que induziam do campesinato livre ao trabalho assalariado, já dando vistas ao mercado nacional com características capitalistas com o crescimento das manufaturas. Entrava agora em cena uma outra força, a burguesia nascente, que passava a usar o poder do Estado para a regulação dos salários, extraindo a mais-valia e prolongando a jornada de trabalho. Essa nova classe contribuía para que o sistema capitalista se firmasse como o modo de produção dominante, passando a concentrar os meios de produção e organizando a força de trabalho dentro dos moldes capitalistas, para produzir a mais valia. O capital então, tem suas bases na manufatura, no comércio e na usura,

A transformação do capital usurário e do capital comercial em capital industrial é uma das formas como a acumulação primitiva se processa nesse campo, no qual, como veremos, o poder autoritário e nada “natural” do Estado também funcionou como catalisador e indutor das mudanças. (LIMA, 2010, p. 06)

O crescimento do comércio impulsionava a formação de indústrias, levando a sua supremacia, surgia assim a guerra entre os Estados, que buscavam posições comerciais privilegiadas, para seus agentes econômicos, que extraíam, transferiam e concentravam as riquezas. Essa guerra comercial, junto com o sistema colonial possibilitou o crescimento da usura, que uma vez, que dota o dinheiro improdutivo de força criadora o transforma em capital. “Com isso, afirma-se o capital bancário, fonte de crescimento exponencial da acumulação capitalista” (LIMA, 2010 p. 07)

Fica claro que o sistema capitalista não foi uma evolução natural do sistema feudal, mas fruto de uma mudança, forçada, na base de reprodução material da sociedade, sendo assim o capitalismo não era um ponto de chegada que tendia a evolução das relações sociais com a comercialização,

A luta secular entre diferentes classes de agentes econômicos paulatinamente transformou as condições de reprodução material da sociedade e produziu uma nova conformação econômica baseada em uma distribuição específica de poder entre essas classes, que também se transformaram ao longo do processo. Sem a violência e a luta política que caracteriza o processo de acumulação primitiva, o capitalismo não teria surgido naturalmente. (LIMA, 2010, p. 08)

O Estado então atua de forma coercitiva dentro do modo de produção capitalista, bem como aqueles que detém os meios de produção exercem métodos repressivos, obrigando a população dos países que seguem esse sistema, a se adaptar a esse padrão econômico. Segundo Lima,

A naturalização das relações capitalistas oculta a violência de que são resultado, mas não elimina o uso esporádico, quando necessário, de meios extras econômicos para manter a regularidade dessas condições de produção. “Violência extra-econômicas direta é ainda, é verdade, empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, o trabalhador pode ser confiado às ‘leis naturais da produção’” (Marx, 1984, p. 277) Quando se faz necessária uma readaptação da dinâmica produtiva em prol de novas necessidades expansivas do capital – ou quando a ordem política e econômica vigente se vê ameaçada de algum modo –, as forças que operam e se aproveitam da sociabilidade capitalista precisam estar prontas para manejar autoritariamente as relações políticas (inclusive por meio da violência) em proveito dos interesses econômicos dominantes. (LIMA, 2010, p. 09)

Ainda segundo o autor essas forças extra-econômicas desempenham papel decisivo dentro desse modo de produção, uma vez que o capital sempre pressupõe e reproduz relações de poder, ele produz e reproduz relações a partir do rompimento das anteriores. A violência e o poder não só estão presentes na gênese histórica do capitalismo, sendo descartadas quando este se estabelece, ao contrário, ele não é independente dessas relações, uma vez que sem relações de poder, não há relações de produção.

O autor ainda coloca que Marx explicita o caráter histórico do modo de produção capitalista, a fim de reivindicar a possibilidade de superação dele, evidenciando a suposta “naturalização das leis do capital” mostrando que a história não é predeterminada e isenta de contradições. A história é arquitetada através das relações sociais estabelecidas entre os homens, voluntária ou involuntariamente, dentro de um sistema econômico transmitido do passado. O capitalismo é encontrado dentro desse processo de disputas entre o controle dos meios de produção e a riqueza socialmente produzida, estabelecendo assim, a luta de classes, que por vezes, se faz necessário o uso da violência para consolidação dos poderes.

Dessa forma as relações de poder devem ser entendidas como parte integrante da estrutura do capital, como também é necessário entender que as lutas de classes não são algo predeterminado e já estabelecido, mas sim, é uma relação que perpassa por toda a sociedade, no qual o Estado tem um importante papel. Não se pode entender esses pontos de forma fragmentada, isso levaria a uma visão errada da realidade, mas como parte integrante na dinâmica da totalidade social, assim o Estado como aparato do governo com suas armas, demonstra visivelmente seu poder, mas o mesmo está alicerçado nas relações sociais entre as

classes e não alheio a elas, mesmo que se apresente como algo exterior.

Como o funcionamento das leis econômicas está diretamente relacionado às relações de poder e à luta de classes, a processualidade desse modo de produção não pode prescindir da atuação estatal – “a violência concentrada e organizada da sociedade” (Marx, 1984, p. 286). O Estado, portanto, atua como instância de regulação social e de controle das relações de produção, além de desempenhar o papel de agente econômico direto quando o sistema permite e necessita. Essa perspectiva contradiz as abordagens que criticam a teoria marxiana por não incluir em seu sistema relações de poder ou por supostamente confiná-las ao nível da superestrutura. (LIMA, 2010, p.17).

Marx ao falar do capitalismo o tema da violência aparece de forma recorrente, apesar de não ser tema central de seus estudos, ela aparece dentro das relações de poder e de classes, exposta através da exploração exercida por esse modo de produção, manifestada para sociedade moderna de diversas formas, como desemprego, fome, miséria entre outras.

Cavalli (2009), coloca que ao analisar as características sobre violência, se depara com um novo paradigma que separa a discursão em duas vertentes, a primeira ver o sujeito como fora das regras, normas e sistema, um desajustado da harmonia da sociedade; a segunda sustenta que os atos de violência revelam uma desestruturação social. A autora coloca ainda que é inviável separar os fatores que levam a violência, uma vez que não só são fatores individuais que determinam a existência da violência como resultado da má conduta do homem, como também não se pode ter um olhar apenas aos fatores externos, como a desigualdade da sociedade que leva a exploração e gera uma violência estrutural. A violência precisa ser percebida em sua totalidade envolvendo múltiplos fatores como econômicos, políticos, sociais, históricos, culturais, ético-morais, psicológicos, biológicos, jurídicos e à mídia (CAVALLI, 2009). Desse modo,

É necessário considerar ambos os fatores, no entanto, devemos destacar que o indivíduo que comete violência é antes de tudo violentado por um sistema produtivo tirano e desigual, por um Estado que defende os interesses da minoria elitista e detentora da propriedade privada dos meios de produção. Desta forma, os fatores individuais determinantes da violência existem e não podem ser negados, mas até mesmo estes, em muitos casos são gerados dentro do ciclo da violência estrutural. (CAVALLI, 2009, p.5).

O eixo da violência estrutural está na exploração das classes, sustentada pela ideologia dominante do modo de produção capitalista, que estruturam as leis independentemente da consciência dos homens como forma de legitimar as relações de reprodução. Essas relações por sua vez, tem suas regras, normas e valores disfarçados, fazendo com, que essas formas de produção e exploração do capital não sejam reconhecidas como meios violentos.

Ianni (2002), coloca que a problemática da violência precisa ser vista em toda a sua complexidade e em todas as suas múltiplas manifestações coletivas e individuais, objetivas e subjetivas com implicações político econômicas, sócio-culturais, objetivas e subjetivas. Assim,

Em geral, a fúria da violência tem algo a ver com a destruição do "outro", "diferente", "estranho", com o que busca a purificação da sociedade, o exorcismo de dilemas difíceis, a sublimação do absurdo embutido nas formas da sociabilidade e nos jogos das forças sociais. (IANNI, 2002, p. 08)

A violência é intrínseca do modo de produção capitalista que está presente na estrutura das sociedades modernas, ela é multifacetada, mudando suas formas e técnicas de acordo com o movimento da sociedade, em âmbito nacional e mundial. “Nasce como técnica de poder, exercita-se também como modo de preservar, ampliar ou conquistar a propriedade, adquire desdobramentos psicológicos surpreendentes no que se refere aos agentes e às vítimas” (IANNI, 2002, p. 09). Assim a violência seria uma forma de exercer o poder dentro do jogo das forças sociais, para manter a ordem dominante por meio de relações, processos e estruturas de dominação política, e apropriação econômica inerentes do capitalismo:

À medida que se desenvolvem a ciência e a técnica, em seus usos crescentemente político-econômicos e sócio-culturais, desenvolvem-se as formas e as técnicas de violência. À medida que se desenvolvem as forças produtivas e as relações de produção próprias do capitalismo, desenvolvem-se as diversidades e as desigualdades, as formas de alienação, as técnicas de dominação e as lutas pela emancipação. Aprofundam-se, generalizam-se e multiplicam-se as contradições sociais. (IANNI, 2002, p. 10).

A história do mundo moderno, desde seu descobrimento é uma história de meios e modos de violência, com suas lutas e conquistas, polarizada por repressão pela cidadania, revelando as mais surpreendentes modalidades de violência. Nesse patamar estão os jogos de forças sociais, que segundo Ianni (2002), caminha junto com as formas de sociabilidade, que produz e reproduz o progresso e o retrocesso, a evolução e a decadência, o florescimento e a distorção, a alienação e a mutilação. Em cada momento e época em seu ordenamento histórico e social é caracterizado por formas e métodos de violência que são intrínsecos e estão enraizados nos jogos de forças sociais da sociabilidade.

A violência está presente e evidente, escondida e latente, em muitos lugares, nos mais diversos setores da vida social, envolvendo indivíduos e coletividades, objetividades e subjetividades. É um fenômeno eminentemente histórico, no sentido de que se constitui no curso dos modos de organização social e técnica do trabalho e da produção, das formas de sociabilidade e dos jogos de forças sociais. Pode atingir um indivíduo isolado ou uma coletividade inteira, selecionar uns e esquecer outros. Possui conotação político-econômica e sociocultural, podendo ser principalmente

ideológica ou principalmente física. Atinge não somente as ideias, as gentes e as coisas, mas também a natureza. (IANNI, 2002, p. 13)

A violência estrutural na sociedade organizada nos moldes capitalista, está presente no processo produtivo da vida cotidiana da classe trabalhadora com consequências muitas vezes extremas e elas surgem na chamada questão social em suas diversas expressões.

A questão social surge quando a classe operária toma consciência de sua condição como classe explorada, vítima do sistema capitalista e assim, começam a questionar a condição em que se encontram. Assim a questão social está ligada ao processo produtivo dos homens, à medida que se avança na economia, na capacidade de acumulação e nos processos de produção, reprodução, exploração e repressão do capital, mais a questão social fica evidente nas suas expressões, na desigualdade social, econômica, política e cultural presente entre as classes sociais.

Fome, miséria, desemprego, desigualdades sociais, abandono e exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho infantil entre outras, são exemplos da manifestação da questão social no cotidiano da população, que não surge de forma natural, mas provém do resultado de um sistema perverso e de suas contradições, que tem sua força de atuação intensificadas de acordo com o país, região, época e/ou período. Cada lugar vai mantendo suas peculiaridades, no Brasil ela ocorre desde o período de colonização, perpassando as tendências da globalização e do neoliberalismo, mas de forte presença em todo contexto histórico brasileiro, a desigualdade social e a injustiça social, presente desde os primórdios de organização de nossa sociedade brasileira veio se intensificando até os dias atuais.

Entendemos que o surgimento e agravamento da questão social estão relacionados com o desenvolvimento da ordem capitalista, na contradição capital X trabalho, e, portanto, na exploração de uma classe sobre a outra. Sendo assim, a existência da questão social revela a situação estrutural de violência, exploração, e desigualdade em que o mundo se encontra. (CAVALLI, 2009, p.8)

A autora coloca ainda que essas manifestações da questão social que afetam diretamente a população, são consequências da violência estrutural, e que antes mesmo do sujeito cometer uma violência, ele mesmo já é anteriormente violentado, quando não tem acesso aos meios e direitos fundamentais a sua sobrevivência. A autora conclui então que a violência estrutural é a maior forma de violência pois precede as demais, não que ela cause as outras formas de violência, fazendo isso se cairia no erro de desconsiderar fatores individuais, de princípios genéticos ou distúrbios psicológicos, mas o que se quer situar aqui é que a violência estrutural age como intensificadora das demais formas de violência, reafirmando a

autora que “[...] o violentador é antes de tudo, vítima de uma violência maior, mais profunda, estrutural” (CAVALLI, 2009, p. 9).

Teoricamente a classe trabalhadora teria um agente, esse seria o Estado, que atuaria para criar formas de enfrentamento dessa violência com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população. Contudo o Estado passa a ser um instrumento do capital, atuando a seu favor, criando políticas públicas que perpetuam a questão social e a violência estrutural, através de programas e serviços fragmentados e mantenedores da ordem vigente. “Por isso, falar de violência é falar de Estado, pelo fato de que este tem o monopólio dos instrumentos de violência legítima, como forma de manter ou restaurar a ordem e a paz da sociedade” (CAVALLI, 2009, p.10)

O fato é que o Estado deveria ser garantidor e defensor de direitos, e regulador da vida em sociedade. Mas o que acontece é que este está a serviço do capital e defende seus interesses. Seus serviços, políticas e demais ações não visam como fim último o bem-estar da sociedade, mas reproduzir as relações de dominação capitalista. A própria violência do Estado está a serviço do capital, e desta forma contribuem para o desenvolvimento da violência estrutural. (CAVALLI, 2009, p.10)

Assim é visível que o Estado atua por meio de uma violência legitimada a favor do capital, para defender os interesses das classes dominantes. A seguir trataremos sobre as manifestações da questão social e da violência estrutural no estado de Alagoas e suas implicações na dinâmica da sociedade alagoana.

3.2 A Violência como Base Fundante das Relações Sociais na Sociedade Alagoana

Localizado na região Nordeste, Alagoas ocupa uma área de 27.843,295 km², possui 102 municípios, fazendo limites com Pernambuco, Sergipe, Bahia e o Oceano Atlântico. A população no último censo em 2010 de 3.120.494 pessoas, hoje chegando a uma estimativa de 3.351.543 pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Falar da história da violência no estado de Alagoas é falar de um passado formado dentro de padrões sociais fundado em regime agrário, escravocratas e monocultor, reforçando a representatividade da sociedade desde sempre violenta. Essa análise terá como base o período de 1950-2000, período crescente do processo de modernização social e econômico do estado atrelado ao crescimento da violência urbana.

Desde muito Alagoas era conhecido por ser um estado violento por si mesmo, sendo chamada de “Silícia brasileira pelo historiador gaúcho Décio Freitas. Para os observadores

isso passava a ideia de que o estado fora formado, desde sua história, com valores culturais e políticos sob o jugo da violência e se calcificaria. “Esse credo engrossou o caldo lamurioso que entroniza Alagoas como uma espécie de bastião do atraso nacional, marcadamente uma terra sem lei, corrupta e, por isso mesmo, violenta” (NASCIMENTO, 2017, p. 470). Dessa forma a violência dos dias atuais seria um produto da violência praticada anteriormente, se tornando a base definidora das relações sociais na região

Nascimento conta um fato acontecido em 1955, no litoral sul alagoano, índios caetés, devoraram o bispo Sardinha em um ritual de antropofagia, isso passava uma imagem de um estado carente de normatização e de um território desde sempre violento:

No Nordeste, lapida-se a imagem do sujeito violento por força das intempéries da vida ou das oportunidades – a figura do cangaceiro, personagem histórico do banditismo rural do Nordeste, típico do cenário sertanejo, uma zona fisiografia perfeitamente definida em termos de contornos naturais e sociais; culturalmente marcada pelo arcaísmo, próprio de uma mentalidade quinhentista que sobreviveu graças ao isolamento e à incomunicabilidade da região que marcariam os padrões de sociabilidade, religiosidade, moralidade, sexualidade e as formas de resolução de conflitos entre as partes como fartamente retratados nas novelas paracervantistas de Franklin Távora, José Lins do Rego, Jorge Amado, Rachel de Queiroz e Ariano Suassuna, onde as culturas tradicionais do sertão – ou melhor seria falarmos em “sertões”– figuram ora como retrato paradoxal de um país selvagem e culturalmente negativo, ora como cenário de um primitivismo precioso e desejável. (NASCIMENTO, 2017, p. 470).

Os primeiros índices de crescimento, ainda que tardio da região nordeste, só veio no final dos anos de 1990, acompanhado de um crescimento das tachas de violência. Nascimento aponta ainda que, segundo dados do Anuário brasileiro de segurança pública do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, dos cinco estados com as maiores taxas de homicídio no ano de 2014, quatro pertenciam ao Nordeste do Brasil, eram eles Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, e um ao Norte, o Pará e suas respectivas capitais:

Desde 1999, a violência homicida tem crescido no estado de Alagoas, com especial destaque para Maceió e Região Metropolitana, de forma ininterrupta. Em 1999, a taxa de homicídios no estado era de 30,9 para cada 100 mil habitantes. Em 2010, essa taxa chegou a 66,8 homicídios para cada 100 mil habitantes. Apesar de alarmantes, estes dados são relativamente novos, visto que desde 1980 esta taxa situava-se no patamar de 25 homicídios por 100 mil habitantes, em nada destoando com a média regional¹¹. Não obstante, segundo dados do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde, nas últimas três décadas, o número de homicídios em Alagoas cresceu mais de 420%. Somente nos últimos cinco anos, entre 2010 e 2014, ocorreram 10.713 homicídios em Alagoas, 87% destes concentrados na capital do estado e em sua Região Metropolitana. (NASCIMENTO, 2017, p. 473).

Esse aumento nos índices de violência se dá também ao fato de que, nas últimas três décadas a população urbana de Alagoas que era de 600 mil habitantes, deu um salto para 2 milhões. Esse crescimento trouxe uma série de problemas próprios de uma urbanização não planejada, desenfreada, como o aumento das desigualdades sociais e entre as classes, aumento da violência e de suas mais diversas formas de manifestação, desemprego entre outras.

Ainda segundo o autor baseado em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010): o estado de Alagoas apresenta uma população com perfil de renda extremamente desigual e grande parcela não tem acesso a bens sociais básicos,

A segmentação social e a distribuição desigual da riqueza entre o 1% dos mais ricos (30 mil pessoas) com 12,82% da renda per capita e os outros 50% mais pobres (1,5 milhão de pessoas) com apenas 14,29%, chamam a atenção para a assimetria na distribuição da riqueza dentro do estado¹⁴. E esta má distribuição teria ainda outra face pouco destacada. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o ano de 2010, a maioria da população pobre de Alagoas é constituída maciçamente por negros ou pardos. Não bastasse, o nível educacional também reforça a forte concentração de renda deste mercado interno – segundo dados da Pnad para o ano de 2015, enquanto a escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade no Nordeste gira em torno de 9,3 anos, em Alagoas temos a menor média em anos de estudo por unidade da federação, a saber: 8,7. Ainda em Alagoas esse déficit torna-se ainda mais alarmante quando consideramos os marcadores étnicos desta população – enquanto para a população branca temos a média escolar de dez anos de estudo em 2015, para a população preta e parda temos, respectivamente, 8,4 e 8,3 anos de estudo (Ministério da Educação, 2017). As consequências dessa combinação de apartheid social, alta concentração de renda, baixa escolarização e urbanização acelerada delinearam, nos últimos 50 anos, a base para a explosão dos homicídios que assistiríamos na capital a partir da virada do novo século. (NASCIMENTO, 2017, p. 475).

Todos esses fatores são complexos, mas formam o cenário que levará a compreensão da constituição do processo de violência no Estado. O cenário econômico, social, cultural e político, juntamente com todas as transformações sociais envolvidas nesse processo, está relacionado de maneira dinâmica e cumulativa. Tudo está inserido no processo histórico de formação do nosso estado, observando essas práticas violentas tradicionais no estado alagoano, desde suas primícias, como os crimes de mando, o sistema de pistolagem e a arregimentação de grupos de extermínio, podemos visualizar o tamanho de seu impacto na formação da sociedade atual.

Antes de se tratar das novas práticas que veio desencadeando a partir dos anos de 1990 no estado, as práticas homicidas, pontuaremos alguns traços da história alagoana da violência, marcada pelo seu uso desregrado da violência pelas elites oligárquicas, muitas das vezes, com ajuda e aprovação do Estado, para preservar a classe dominante da época. Para tentar entender

o cenário atual dos homicídios no estado, é necessário entender as antigas práticas de homicídio praticadas no passado pelos políticos e grandes proprietários de terra, a fim de proteger seu status, manter e demonstrar seu poder na região.

Nestes cenários, a ausência de um monopólio regular da violência física (não existe a concentração de armas e homens armados sob uma única autoridade, seja ela o Estado ou o crime organizado) tornou o autocontrole tênue (Elias, 1993) e transformou o medo, a precaução e a autodefesa na tônica de uma explosão de violência autofágica, onde vítima e algoz muito se assemelham em termos de sexo, cor/raça, idade, renda e até mesmo anos de escolaridade (NASCIMENTO, 2017, p. 475).

Sobre a morte sob encomenda, realidade marcante da metade do século passado, inicialmente eram os jagunços e capangas, personagens marcantes na sociedade brasileira, principalmente da nordestina e alagoana. Que sob proteção dos grandes proprietários de terras, realizavam atividades regulares no campo através de favores ilegais, orientados fortemente por princípios morais mais do que financeiros. Em alagoas com a predominância da cana-de-açúcar, estes eram vistos sempre ao lado dos coronéis, fazendeiros e senhores de terra, que eram símbolos “onipotência e impunidade”, eles ficaram presentes na sociedade alagoana até metade do século passado, “o braço armado” dos corneis eliminando todos que fossem de encontro com os interesses de seus senhores.

A partir dos anos de 1950 com a chegada do processo de urbanização, e com o agronegócio em 1970, houve uma mudança na administração dos conflitos em Alagoas. Os capangas e jagunços agora deram lugar para os matadores de aluguel, os conhecidos pistoleiros, com técnicas mais profissionais, que agora serviam aos usineiros e um quadro de políticos profissionais. A prática da pistolagem no Nordeste era complexa, com normas próprias. As transformações do cenário do campo para a cidade, trouxe impacto para elite de alagoas e o sistema de pistolagem, que agia até com o apoio do sistema de justiça criminal do estado, era o recuso que essas elites encontraram de garantir e defender seus interesses:

As relações de poder que se reproduziram a partir do Sindicato do Crime não eram resultado somente de um Estado “impotente”, mas, sobretudo, da afirmação de um poder paralelo, que fez coexistir, simultaneamente, modernidade e arcaísmo, o universalismo do código jurídico e o caráter privatista de seus próprios códigos e regras morais, a justiça legal e a justiça praticada com as próprias mãos. Aos poucos, capangas e jagunços deixavam de ser que executores de “serviços” em troca da proteção dos proprietários rurais e tornavam-se pistoleiros, profissionais independentes que exigiam recompensa financeira por seu “trabalho” e se beneficiavam da própria “institucionalização da violência” – a proteção do chamado Sindicato do Crime. (NASCIMENTO, 2017, p. 477).

A formação dos grupos de extermínio no estado de Alagoas, vão além das explicações tradicionais para esse tipo de violência. Essa organização no estado alagoano inaugurou a “política criminal”, o que levou a transformações significativas no cenário da violência na região, acarretando no colapso do aparato de segurança pública do Estado, tornando-o assim, com as mais elevadas taxas de violência e homicídio nas primeiras décadas do século XX, sendo o Estado mais violento do país, abrindo campo para intervenção do governo federal.

Criou-se duas forças no estado no sentido de promoção da violência, as Gangues e os Ninjas, especializados não apenas nos assassinatos por encomenda, agora contavam também com a presença de policiais civis e militares nessas organizações criminosas no Estado. No contexto social, no Estado houve uma militarização da violência, o que levou a mudança do sistema de pistolagem, passando o próprio Estado a gerenciar as atividades criminosas. Mudando também o cenário dos mandantes, que agora poderia ser qualquer um que pudesse para pagar pelos serviços, desde comerciante e empresários, até maridos e esposas enciumados, pais de família desonrados. Agora o cenário de “democratização” da violência no Estado, agindo como retribuidores da ordem por meio da violência:

Seus vítimas iam desde mulheres e maridos traidores, passando a sujeitos acusados de velhacos, desonestos ou vagabundos, mas sobretudo, exterminaram moradores de rua, adultos egressos do sistema penitenciário e até menores saídos de unidades de internação socioeducativas. O que fica evidente do programa de violência executado por estas organizações paramilitares é que sua “justiça” não era orientada mais contra um indivíduo ou uma forma de ação violenta, mas principalmente contra o que não se julgava mais tolerável socialmente. (NASCIMENTO, 2017, p. 479)

Durante duas décadas foram eles que decidiram pela vida e a morte no Estado. Via-se claramente a ausência do Estado, desenvolvendo um sistema de segregação e marginalização, operado pelos próprios agentes do Estado, garantindo o distanciamento entre as classes dominantes com a classe média e os que eram considerados escória dos seguimentos marginalizados, delinquentes e perigosos.

Não são poucas as vezes em que os editoriais culpam o poder público e o sistema de justiça criminal pela precariedade das condições de moradia nessas áreas: faltaria de tudo, do saneamento à educação, mas faltaria sobretudo freios para conter o que o Jornal de Alagoas chamou de “uma violência generalizada, semelhante ao velho faroeste, que inclui todas as práticas de crime e onde ninguém está seguro e tudo segue envolto na impunidade. (NASCIMENTO, 2017, p. 481)

Os grupos ainda mantiveram por um período suas práticas, mesmo que as custas do medo e do terror. Quando houve um desmonte desses grupos, na tentativa de conter a

violência, aconteceu um efeito contrário, causando um aumento nos crimes de homicídio, houve a disseminação do crime e o processo de falência do estado no final da década de 1990.

[...]o fenômeno da violência urbana no estado de Alagoas experimentou uma espécie de espiral de crescimento, agravada ainda pela entrada do tráfico de drogas psicoativas ilícitas nas periferias da cidade a partir dos primeiros anos do novo século, com destaque para o crack”. (NASCIMENTO, 2017, p. 481)

Atualmente com a divulgação do Atlas da Violência no Brasil, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicado (IPEA) e Fórum de Segurança Pública em 2019, Alagoas ainda permanece entre os estados com o maior número de homicídios no país, segundo dados de 2017. A cidade de Maceió ocupa a sexta posição entre todas as 26 capitais do país, Arapiraca aparece também na lista de localidades com o maior número de mortes. Segundo os dados divulgados referentes aos últimos 10 anos 2007-2017, o estado alagoano, apresentou redução no quadro geral, no entanto Maceió e Arapiraca apresentaram crescimento e estão entre os 120 municípios que cumulam 50% de todos os homicídios registrados em 2017.

Os mesmos ainda mostram que em 2016 a capital alagoana, registrou 55,4 homicídios por 10 mil habitantes, em 2017, esse percentual subiu para 60,2 mortes por 100 mil, crescimento para mais de 8,7%. Já em Arapiraca mostram 58,9 assassinatos por 100 mil habitantes. Em 2017 foi registrado 138 homicídios na segunda maior cidade do estado, que foi de 53,9 quase o dobro do Brasil, que foi de 31,6 mortes por cem mil habitantes. Esses dados foram comparados com os indicadores socioeconômicos, que mostram que as localidades mais violentas, também são as mais precárias na prestação dos serviços públicos, grande maioria fica no Norte e Nordeste. No Nordeste o estado com maior taxa de homicídio estimado em 2017, era Rio Grande Norte (67,4) seguido por Ceará (64,0) Pernambuco (62,3) Sergipe (58,9), Bahia (55,3) Alagoas (53,9) Paraíba (33,9) Maranhão (31,9) e Piauí (20,9).

Em relação a Violência contra a criança e o adolescente no Estado alagoano, foi Criada pela Secretaria de Estado da Saúde em outubro de 2018, a Rede de Atenção às Vítimas de Violência Sexual (RAVVS) atendeu 332 alagoanos de janeiro a julho no primeiro trimestre de 2020. Do total, 80,12% das pessoas agredidas estão na faixa etária de zero a 17 anos, o que representa 266 crianças e adolescentes. Os dados se enquadram na previsão mundial realizada pela Organização Não Governamental (ONG) World Vision, que estimou, durante a pandemia da Covid-19, a ocorrência de até 85 milhões de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Isso porque, em razão do isolamento social, as famílias ficaram confinadas e os casos aumentaram, comprovando que, em sua maioria, eles ocorrem no ambiente familiar e são praticados por quem, em tese, teria o dever legal de proteger as vítimas, conforme estudos

internacionais.

Desta forma, compreende-se que pelo histórico de formação da sociedade alagoana, a violência teve presença muito forte, influenciando na cultura e em todo processo de desenvolvimento do Estado de forma muito impactante deixando até os dias atuais marcas profundas em toda sociedade. A superação dessa cultura ainda é um processo lento, pois está enraizada na forma de ser e viver de muitos, e só compreendendo esse processo em sua totalidade, histórico social, cultural, política e econômica que se pode buscar a mudança sem cair no erro de apenas culpabilizar o ser humano, mas compreendendo que este está inserido na dinâmica da sociedade capitalista, que cria e recria as condições para manter o sistema por meio da produção e reprodução as relações sociais através das relações de poder.

3.3 Violência Sexual Contra Criança e o Adolescente no Município de Arapiraca

Historicamente a violência presente entre a população infanto-juvenil é tratada através de punições castigos, espancamentos entre outros meios de violência usados com cunho educativo. Nos últimos anos com o desenvolvimento de uma legislação que protege a criança e o adolescente, esses meios começaram a ser questionados tanto em nível nacional quanto mundial, entendendo que a criança se encontra em uma condição peculiar de crescimento e desenvolvimento precisando serem cuidados a e protegidas.

Segundo Dahlberg e Krug (2006), a OMS desenvolveu uma tipologia que caracteriza os diferentes tipos de violência e os elos que os conectava. A tipologia aqui proposta divide a violência em três categorias, segundo aqueles que cometem o ato violento: a) violência autodirigida; b) violência interpessoal; c) violência coletiva. A violência pode ser infligida por uma pessoa a si mesma, por outro indivíduo, por pequenos grupos de indivíduos ou por grupos maiores como estados, grupos políticos organizados, grupos de milícias e organizações terroristas.

Essas três categorias são subdivididas para melhor entendê-las:

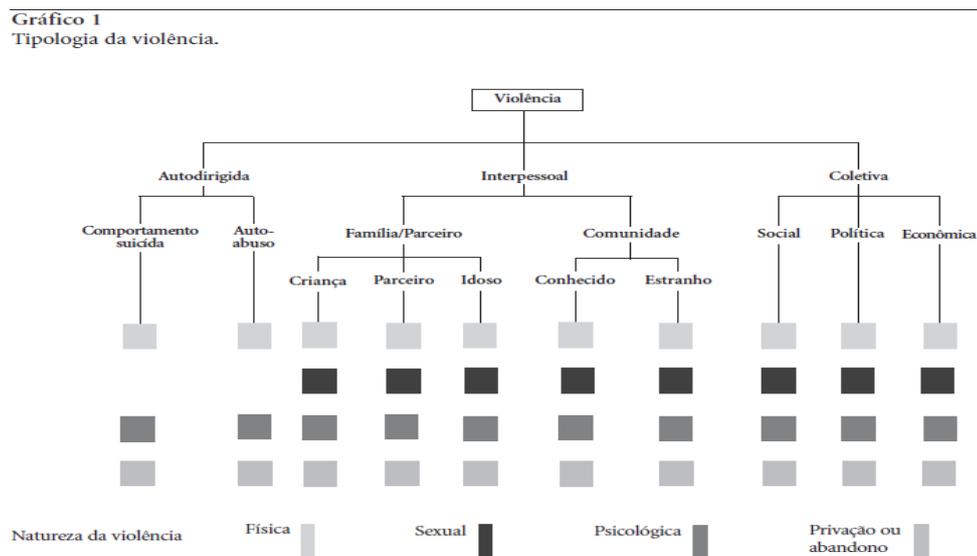
- Violência auto infligida - que abrange o comportamento suicida, como pensamentos suicidas e tentativa de suicídio, essa agressão também inclui atos como a automutilação;
- Violência interpessoal – que se divide em duas: (1) violência de famílias e entre parceiros íntimos, que acontece nos lares. Como exemplo dessa forma de violência temos o abuso infantil, violência entre parceiros íntimos e maus tratos a idosos; (2) violência na comunidade que se dá entre indivíduos sem

relação pessoal, como exemplo temos a violência da juventude, atos variados de violência, estupro ou ataque social por desconhecidos e violência em instituições como escolas, locais de trabalho, prisões e asilos.

- Violência coletiva – que está dividida em violência social, política e econômica. Esse tipo de violência supõe possíveis motivos para a violência cometida por grandes grupos ou países. Esse tipo de violência teria como objetivo realizar um plano específico de ação social, a exemplo de crimes carregados ódio cometidos por grupos organizados, atos terroristas e violência de hordas. A violência política inclui guerras e conflitos violentos a ela relacionados, violência do Estado e atos semelhantes praticados por grandes grupos. E a violência econômica inclui ataques de grandes grupos motivados pelo lucro econômico ou por motivação múltipla, são ataques realizados com o objetivo de desintegrar a atividade econômica, dificultando o acesso aos serviços essenciais, ou criando divisões ou fragmentação econômica.

As autoras, Dahlberg e Krug (2006), ainda trazem um gráfico com a tipologia da violência, explicando o que acima foi mencionado:

Gráfico 1 – Tipologia da Violência



Fonte: Dahlberg e Krug, 2006

Esses tipos de violência apresentados desempenham relação entre si, com exceção da violência auto infligida. Embora não seja uma tipologia perfeita e não aceita universalmente, nos fornece uma estrutura útil para a compreensão desses complexos tipos de violência. Essa

tipologia supera outras à medida que ela traz a natureza dos casos, o cenário e a relação entre o agente e a vítima da violência.

A violência sexual é um problema de saúde pública comum e sério que afeta milhões de pessoas a cada ano, de todas as faixas etárias, no mundo todo. Ela é motivada por diversos fatores que agem em vários contextos sociais, culturais e econômicos. A Organização Mundial da Saúde – OMS, traz uma definição de violência sexual como,

[...] qualquer ato sexual, tentativa de obter um ato sexual, comentários ou investidas sexuais indesejadas, ou atos direcionados ao tráfico sexual ou, de alguma forma, voltados contra a sexualidade de uma pessoa usando a coação, praticados por qualquer pessoa independentemente de sua relação com a vítima, em qualquer cenário, inclusive em casa e no trabalho, mas não limitado a eles. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002, p. 147)

Ainda seguindo a definição da OMS a violência sexual pode abranger diversos graus de força, além da física, como a intimidação psicológica, chantagem ou outras ameaças, como também coação. A violência sexual também inclui o estupro, definido como penetração forçada- seja ela física ou por outro meio de coação, mesmo que de forma sutil, incluindo a tentativa de fazê-lo, esse tipo de violência também pode incluir outras formas de agressão, inclusive contato forçado com algum órgão sexual.

A OMS (2006, p. 147), mostra que a violência sexual pode ocorrer de diferentes formas e em contextos diversos, dentre eles estão:

- Estupro dentro do casamento ou namoro;
- Estupro cometido por estranhos;
- Estupro sistemático durante conflito armado;
- Investidas sexuais indesejadas ou assédio sexual, inclusive exigência de sexo como pagamento de favores;
- Abuso sexual de pessoas mental ou fisicamente incapazes;
- Abuso sexual de crianças;
- Casamento ou coabitação forçados, inclusive casamento de crianças;
- Negação ao direito de usar anticoncepcionais ou adotar outras medidas de proteção contra doenças sexualmente transmitidas;
- Aborto forçado;
- Atos violentos contra a integridade sexual das mulheres, inclusive mutilação genital feminina e exames obrigatórios de virgindade;
- Prostituição forçada e tráfico de pessoas com fins de exploração sexual.

O abuso sexual é uma forma de violência sexual mais frequente em crianças, o que

torna evidente se tratar de um problema global ocorrendo de variadas formas e intrínseco as práticas culturais, econômicas e sociais, requer maior atenção para compreensão de sua ocorrência nos diversos cenários bem como suas causas e consequências:

O abuso ou maus-tratos em relação à criança constitui todas as formas de tratamento doentio físico e/ou emocional, abuso sexual, negligência ou tratamento negligente, exploração comercial ou outro tipo de exploração, resultando em danos reais ou potenciais para a saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002, p. 59)

Embora seja amplo as formas de abusos cometido contra crianças, quatro ocorrem com mais frequência, são eles: abuso físico, abuso sexual, abuso emocional e negligência.

No que se refere a violência intrafamiliar, que também está relacionada aos tipos de violência acima mencionados, a mesma pode ser praticada em todas as culturas, sociedades, religiões e classes sociais, e o abuso sexual intrafamiliar, como abuso sexual esteve e está presente na história de muitas crianças e adolescente. Segundo Pedersen, embora pareça ser um problema contemporâneo é fruto do processo histórico que colocou a criança em lugar de desprivilegio e desatenção. Historicamente a família, a sociedade e o poder público pouco se importaram com essa situação, dando pouca atenção e visibilidade, o que justificava a criança não ter sido considerada como sujeita de direitos e merecedora de proteção,

Somente com a Constituição Federal de 1988 e com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, em consonância com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 1989, as diversas formas de violência praticadas contra crianças e adolescentes, bem como as demais ações que violam os direitos desses sujeitos ganharam maior visibilidade, e o Estado passou a prestar assistência a essa população que, desde sua existência, foi vítima da violência, seja ela física, sexual, psicológica ou de negligência, mas que hoje ganha maior evidência por todo um aparato legal e institucional consolidado e ao mesmo tempo por este fenômeno atingir a cada dia que passa maiores proporções (PEDERSEN, 2010, 16).

Fica cada vez mais claro que com profundas raízes culturais e inserida no contexto histórico a violência sexual é um fenômeno da violência que atinge todas as faixas etárias, classes sociais, culturas e ambos os sexos. O medo, a fragilidade do sistema de denúncia, a falta de credibilidade do sistema legal de que trata esse tipo de violência e o silêncio, dificultam as notificações¹ da violência sexual, deixando claro que os dados levantados é uma

¹Recentemente, o caso divulgado na mídia (agosto de 2020), da menina de 10 anos, natural da cidade de São Mateus no Espírito Santo, que vinha sendo violentada há 4 anos por um tio de 33 anos. Caso que só foi

pequena parcela da real situação enfrentada. No Brasil existem dados estimados que menos de 10% dos casos chegam às delegacias.

As vítimas desse tipo de violência além de lesões físicas e mentais, tornam-se mais vulneráveis a outros tipos de violência e ao sofrimento psíquico, acarretando muitas vezes ao uso de drogas, à prostituição, à depressão e ao suicídio, como também estão sujeitas a adquirirem doenças sexualmente transmissíveis e o risco da gravidez indesejada decorrente do estupro, segundo Ribeiro, Carvalho e Reis (2004). Esse tipo de violência tomou grandes proporções no mundo todo, ganhando caráter endêmico, convertendo em um complexo problema de saúde pública e um desafio para toda sociedade.

Para Ribeiro, Carvalho e Reis,

Ao organizar a sociedade, os seres humanos utilizam vários eixos de hierarquização, estabelecendo regras culturais, sociais, éticas e legais para reger o comportamento de indivíduos na coletividade. As regras de autoridade, gênero e idade são fatores de grande importância na análise das relações sociais e interpessoais da violência sexual dentro do espaço doméstico ou fora do mesmo. A regra da autoridade determina o domínio do mais forte sobre o mais fraco enquanto que, a de gênero, regula as relações entre homens e mulheres. A regra de idade, de um lado rege as relações entre crianças e adolescentes e, do outro, as relações entre adultos detentores do poder e desses sobre os primeiros, socialmente excluídos do processo decisório (RIBEIRO *et al.*, 2004, p. 457).

A violência sexual doméstica acontece dentro do espaço físico (o lar) da estrutura familiar, no qual na maioria dos casos o homem ainda é detentor do domínio total, poder patriarcal. Nesse espaço doméstico esse domínio e poder estabelecido por regras sociais, possibilita agressores com laços consanguíneos ou de parentesco a perpetrarem a violência sexual, neste caso chamada de violência intrafamiliar.

E ainda que sendo uma prática agravada pela violência, não se pode deixar o entendimento de que,

Na sociedade capitalista, a violência tornou-se uma forma de legitimar as desigualdades sociais e, embora os jornais, a televisão, a internet, o rádio e outros meios de comunicação a cada dia apresentam uma variedade de situações que se remetem a violência e a criminalidade, tais acontecimentos tem provocado pouca indignação na população devida a naturalização e banalização. Tampouco a violência é associada diretamente ao processo histórico da luta de classe, sobretudo na manutenção do sistema econômico capitalista. Em outras palavras, dissocia-se o debate da violência do debate da questão social. (PEDERSEN, 2010, p. 17)

descoberto quando a criança apresentou sinais de gravidez ao procurar UBS, estando já com três meses de gestação.

Com o ECA – Estatuto da Criança e do adolescente, mudou-se a visão de que a sociedade tinha sobre as crianças e adolescente, como incapazes, sujeitos a obediência e a submissão, para sujeito de direitos. A partir de então foi sendo criada uma rede de proteção para a criança e o adolescente sendo baseada pelo ECA, que garante a exigibilidade dos direitos constitucionais a população infanto-juvenil, além de abrir um cenário para a denúncia e o ressarcimento de qualquer fato que viole os direitos da criança e do adolescente. Criou-se assim uma rede de proteção, intersetorial e multiprofissional para proteção, promoção e enfrentamento de todo e qualquer ato que infrinjam tais direitos. Fazem parte dessa de proteção, o poder judiciário através do Ministério Público, Segurança Pública através das delegacias, Saúde com atuação das Unidades Básicas de Saúde – UBS e hospitais, Educação com supervisão nas escolas e Assistência social através dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, dos Centro de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS e Conselhos Tutelares.²

No Brasil, o fenômeno da violência tem mobilizado as diferentes áreas do conhecimento, no estabelecimento de parcerias que buscam agilizar diferentes estratégias de prevenção e intervenção, no enfrentamento do problema. Essa prática visa assegurar o cumprimento de princípios legalmente assegurados no ECA, quanto às políticas e programas voltados à violência social e interpessoal contra crianças e adolescentes (COSTA *et al.*, 2007, p. 1130).

3.3.1 Sistematização dos Dados Coletados no Município de Arapiraca

Localizada no agreste alagoano, o município de Arapiraca está a cerca de 140km da capital do Estado de Alagoas, é o segundo maior município do Estado, com população do último censo (2010) de 214.006 habitantes.

Nesse trabalho foram coletados dados da Delegacia que trata a violência contra a criança e o adolescente do município de Arapiraca, bem como os dados dos dois Conselhos Tutelares que atuam no município, com o intuito de fazer um panorama da violência sexual no município. Em Arapiraca existem dois conselhos tutelares que atendem todo município dividido em duas regiões e uma delegacia que trata da violência contra a mulher, a criança e o adolescente.

As regiões de abrangência dos conselhos tutelares de Arapiraca, segundo a Lei Nº

² O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, tem como atribuição o atendimento direto de denúncias, o diagnóstico da realidade de violação de direitos e do monitoramento do sistema de Garantia de Direitos, atuando com uma equipe multiprofissional com advogado, pedagogo, psicólogos e assistentes sociais.

3.125/ 2015, disponível no site da prefeitura são:

Região I: Fazenda Velha; Barreira, Olho D'água de Cima, Barra do Cabral, Cannã, Breu, Fernandes, Pau Ferro, Lagoa Cavada, Lagoa de Dentro, Baraúnas, Mata da Umbelina, Santa Teresinha, Fazenda Bela Vista, Mulungu, Massaranduba, Bom Sucesso, Planalto, Jardim Esperança, Sen. Nilo Coelho, Brasiliana, Baixa Grande, Cavaco, Eldorado, Zélia Barbosa Rocha, Manoel Teles, Cacimbas, Primavera, João Paulo II, Olho D'água dos Cazuzinhas e Pe. Antônio Lima Neto, Serrote do João Dias, Vila São Francisco, Alto dos Galdinos, Olho D'água do Brejão, Carrasco, Bom Nome I, bom Nome II, Mundo Novo, Corredor, Capim, Esporão, Fazenda Velha, Itapicuru, Baixa da Hora, Assentamento Ceci Cunha, Campestre, Lagoa Nova e Santa Mônica.

Região II: Genipapo, Mangabeira, Vila Aparecida, Oitizeiro, Mocó, Baixa do Capim, Pimenteira, Varginha, Cangandu, Flexeiras, Alazão, Bálsamo, Pau D'arco, Taquara, Baixada Onça, Sítio das Furnas, Sen. Arno de Melo, Planalto, Quati, Santa Edwirges, Sen. Teotônio Vilela, Santa Esmeralda, Novo Horizonte, Itapoã, Alto do Cruzeiro, Capiatã, Jardim de Maria, Caititus, Centro, Brasília, Ouro Preto, São Luiz, São Luiz II, Jardim Tropical, Canafistula, Nova Esperança, Guaribas, Verdes Campos, Boa Vista, Batinga, Ingazeira, Laranjal, Poço de Santana, Lagoa do Mato, Gruta D'água, Cajarana, Poço de Baixo, Lagoa de São Pedro, Taboquinha, Tingui, Xexéu, Poção e Pé Leve Velho.

Em pesquisa documental realizada nessas duas instituições com o objetivo de levantar dados quantitativos a respeito da violência sofrida pela criança e o adolescente no município, em especial a violência sexual, ficou perceptível que ficou visível que existe precarização nos serviços e nos recursos humanos e materiais o que dificulta o desenvolvimento das atividades pela equipe.

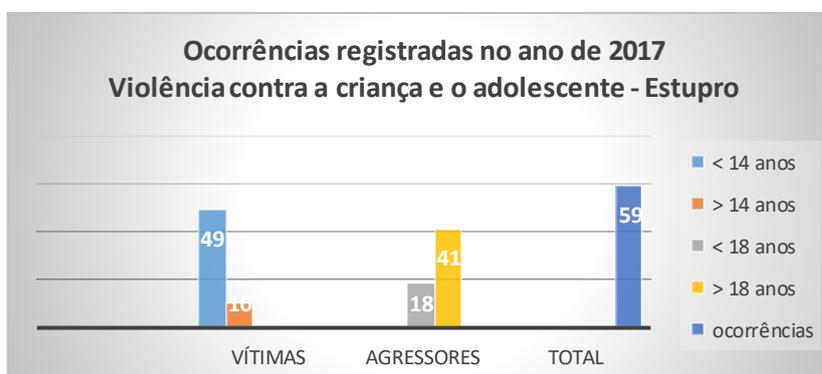
Diante da realidade encontrada e relatada pelos profissionais que estava a serviço nessas instituições e tendo em vista o tema abordado no trabalho em questão, que trata da violência, já tendo sido colocado anteriormente, que ela é intrínseca a realidade em que vivemos, fazendo parte das relações sociais de todo ser humano, e suas manifestações estão presentes no dia-a-dia através da precarização dos serviços, negligência por parte do Estado, abandono, descaso entre outras, estabelecendo uma relação mútua de vivência da violência, à medida que todos somos vítimas desse sistema perverso e dominante que produz e reproduz as condições de sua existência por meio da exploração, repressão, levando os sujeitos envolvidos nesse processo a não se reconhecerem como vítimas do sistema, reproduzindo inconscientemente, por vezes, a violência da qual são primeiramente vítimas.

A delegacia da Mulher da Criança e do Adolescente situada no centro de Arapiraca,

trata de dois tipos de violência bem distintos no mesmo ambiente, apesar de existir uma divisão interna das atividades, percebe-se que ainda é necessário ter uma logística que ajude na organização e serviços disponibilizados. Quanto aos arquivos e sistematização das informações é um ponto bem fragilizado na instituição, sendo relatado que por várias vezes existiu e existe a tentativa de organizar esses arquivos, sistematizá-los de forma digital, mas a demanda de serviços da instituição é grande e não existe um funcionário administrativo específico para cuidar dos arquivos, o funcionário que fica com o arquivo também é responsável por várias outras funções, não tendo tempo hábil de se dedicar a esse tipo de serviço. Alguns pontos que precisam melhorar na delegacia é o quadro de funcionários, que é insuficiente para a demanda e para as atividades desempenhadas, bem como o espaço institucional que deveria ser melhor adequado as realidades atendidas na delegacia.

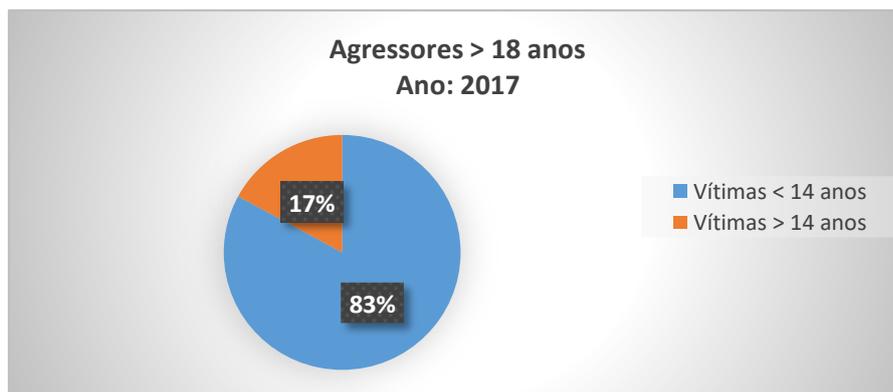
Contudo apesar do relatado e várias idas a delegacia em busca dos dados quantitativos que mostrassem as demandas da violência contra a criança e o adolescente no município de Arapiraca, estes nos foi passado, contudo de forma improvisada em uma folha com características de rascunho, mas que foram dados baseados nos arquivos, colhidos por um policial presente naquele momento na instituição. Os dados nos ajudam a visualizar um panorama de atendimento da delegacia, a quantidade de casos atendidos juntamente com as demandas relacionadas a violência nos anos de 2017 e 2018, como veremos no gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Ocorrências registradas no ano de 2017



Fonte: Delegacia de violência contra a Mulher, Criança e Adolescente, ano de 2017.

Gráfico 3 – Agressores > 18 anos



Dados: 34 vítimas < 14 anos; 7 vítimas > 14 anos.
Fonte: Delegacia de violência contra a Mulher, Criança e Adolescente, 2017.

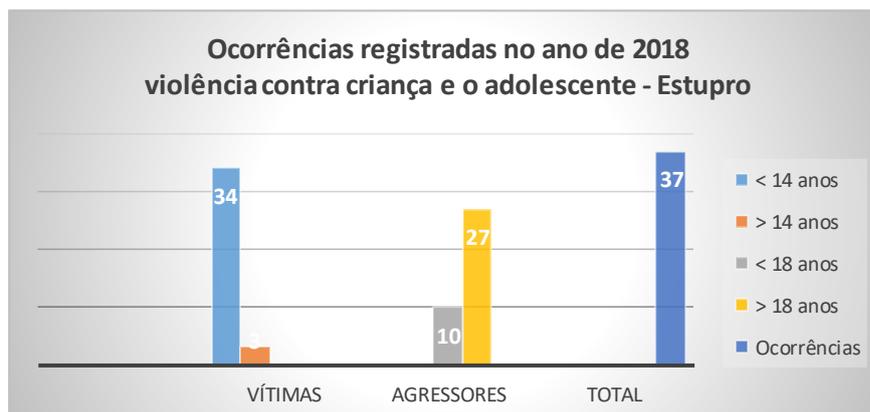
Gráfico 4 – Agressores < 18 anos



Dados: 15 vítimas < 14 anos; 3 vítimas > 14 anos.
Fonte: Delegacia de violência contra a Mulher, Criança e Adolescente, 2017.

Segundo as informações passadas pelo agente na delegacia, durante o ano de 2017 houve 34 ocorrências de estupro de vulneráveis menores de 14 anos praticados por maiores; 7 de estupro praticados por maiores de 14 anos; 15 ocorrências de violência contra menores de 14 anos, cometidas por maiores de 18 anos e 3 casos de estupro de vítimas maiores que 14 anos cometidos por menores de 18 anos.

Gráfico 5 – Ocorrências registradas no ano de 2018



Fonte: Delegacia de violência contra a Mulher, Criança e Adolescente, 2018.

Gráfico 6 – Agressores < 18 anos



Dados: 9 vítimas < 14 anos; 1 vítima > 14 anos

Fonte: Delegacia de violência contra a Mulher, Criança e Adolescente, 2018.

Gráfico 7 – agressores > 18 anos



Dados: 25 vítimas < 14anos; 2 Vítimas > 14 anos.

Fonte: Delegacia de violência contra a Mulher, Criança e Adolescente, 2018.

Em 2018, houve 25 casos de estupro de vulneráveis menores de 14 anos cometidos por maiores; 2 casos de estupro cometidos por maiores, contra vítimas maiores que 14 anos; 9 casos de estupro de vulneráveis menores de 14 anos, cometidos por adolescentes; 1 caso de estupro com vítima maior de 14 anos, praticado por adolescente. Ainda foi registrado pelo

agente, que na maioria dos casos, a violência contra crianças é cometida por pessoas próximas ou parentes. Apesar de não ter colocado esse dado em números, o que expressa essa realidade no atendimento.

Gráfico 8 – Comparativos de casos entre os anos de 2017-2018



Fonte: Delegacia de violência contra a Mulher, Criança e Adolescente, 2018

Em relação aos dados coletados nos conselhos tutelares, região I e II, apresentados abaixo, a coleta dos dados foi mais completa, estando ainda distante da ideal, mas demonstrando certo cuidado com as demandas no que tange os registros das mesmas, no entanto esses cuidados apresentaram diferenças entre um conselho e outro, no que diz respeito à especificação dos dados.

Mas uma realidade comum a esses dois órgãos, se refere a precarização do trabalho, como a falta de recursos físico, humanos e materiais. Em visita aos dois órgãos para coleta de dados quantitativos, as mesmas dificuldades foram relatadas: falta de telefone fixo ou móvel; salas sem isolamento para a escuta dos usuários; falta de condições (almoço, diárias) para deslocamento de usuários para outros municípios; falta de material de papelaria/escritório; transporte e combustível para atendimento das ocorrências. Já a sistematização e a organização dos dados disponibilizados pelos conselhos estão bem mais organizadas e completos, comparados aos cedidos pela delegacia. Mas ainda existe uma diferença na organização desses dados entre os dois conselhos. Sendo que o Conselho Tutelar da região II, demonstrou mais atenção no trato dos dados, organizando-os de forma mais completa e explicativa, possibilitando ter uma visão mais geral dos casos atendidos pelo mesmo. O Conselho Tutelar da Região I, apresentou dados dos tipos de violência atendidos durante o ano referente a cada mês, apresenta as mais recorrentes, mas específica no relatório disponibilizado a idade, localidade, gênero, como é apresentado pelo conselho da região II. Abaixo segue tabelas e gráficos com os dados mais relevantes para o presente trabalho,

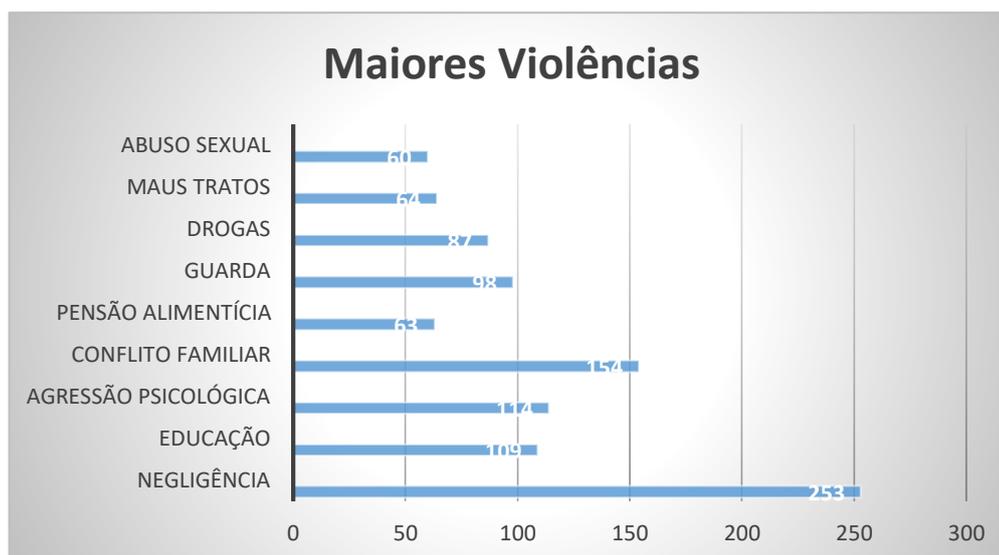
disponibilizados pelos conselhos nos anos de 2017 e 2018.

Tabela 1 -Tipos de violência – Conselho Tutelar de Arapiraca – Região I

<i>Agressão Psicológica</i>	2	7	18	11	17	15	4	14	4	10	5	7	114
<i>Agressão Física</i>	2	2	6	4	5	7	2	8	4	13	3	5	61
<i>Guarda</i>	6	4	8	4	4	4	2	4	14	19	16	9	98
<i>Drogas</i>	11	6	10	1	6	8	3	11	10	14	4	3	87
<i>Conflito Familiar</i>	13	5	10	7	10	11	10	16	19	26	20	7	154
<i>Registro Civil</i>	4	1	3	2	1	0	0	8	3	4	2	2	30
<i>Adoção Illegal</i>	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2	5
<i>Ameaças</i>	1	3	2	6	0	1	1	0	0	0	1	0	15
<i>Estupro de vulnerável</i>	0	0	0	0	0	1	0	4	1	6	2	0	14
<i>total</i>	131	98	130	108	121	127	85	118	96	179	90	55	1346

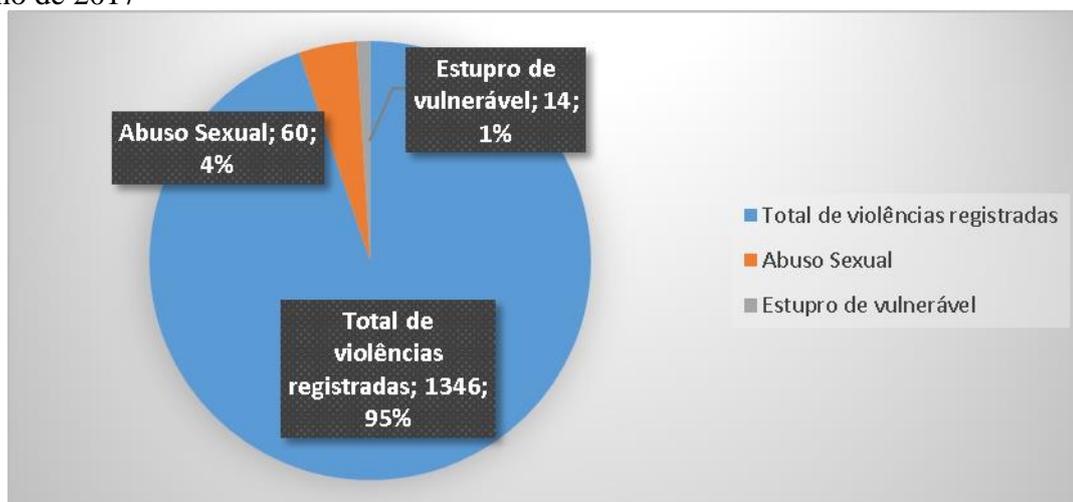
Fonte: Conselho Tutelar Região I – Arapiraca – 2017.

Gráfico 9 – Maiores ocorrências de violência - 2017



Fonte: Conselho tutelar Região I- 2017

Gráfico 10 – Incidência de violência de sexual e estupro por quantidade de casos registrados no ano de 2017



Fonte: Conselho tutelar Região I- 2017

O Conselho Tutelar da Região I, apesar de ter um relatório com os dados de atendimento dos anos de 2017-2018, apresenta divergências em alguns dados e tem características muito superficiais, não constado, idade, possíveis agressores e outras informações que contribuiria para traçar um perfil no município.

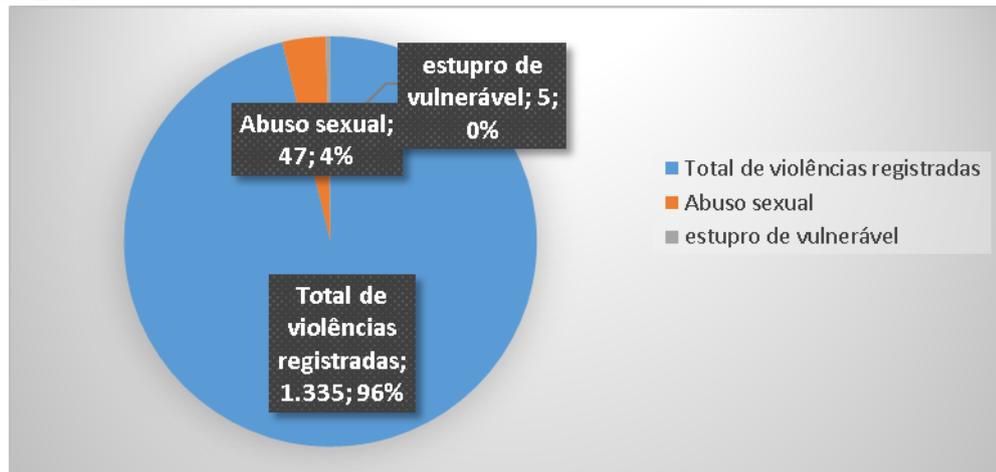
Tabela 2 - Tipos de violência – Conselho Tutelar de Arapiraca – Região I

violências	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total Geral
Maus tratos	3	4	5	3	4	0	6	11	4	12	0	1	53
Desaparecimento	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2
Abuso Sexual	5	1	3	1	7	1	2	5	0	3	3	10	47
Negligência	17	16	11	22	28	13	20	26	34	19	11	21	238
Abandono de incapaz	2	3	1	3	3	3	8	5	1	4	11	1	45
Trabalho infantil	2	0	2	4	0	2	0	0	0	5	0	1	52
Agressão Verbal	4	3	9	10	8	4	5	4	6	2	1	6	62
Saúde	2	4	4	1	5	3	1	6	9	10	6	3	54
Educação	20	7	7	7	9	11	14	16	12	11	7	8	129
Pensão alimentícia	11	2	2	4	4	8	3	7	2	1	4	2	50
Ameaça de morte	6	2	3	3	1	3	1	1	1	1	1	1	24
Bulling	2	2	3	3	2	2	2	1	1	1	1	1	21
Agressão Psicológica	10	6	10	8	7	3	8	17	7	7	7	8	98
Agressão Física	5	5	17	10	9	3	11	9	8	6	2	4	89
Guarda	30	15	10	12	12	8	11	9	14	9	7	13	127
Drogas	5	7	6	3	4	5	8	16	9	13	4	4	101
Conflito Familiar	9	12	19	13	13	13	9	13	12	2	6	10	132

Registro civil	5	2	2	2	3	3	3	3	2	1	2	3	31
Adoção ilegal	1	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	4
Estupro de vulnerável	0	0	0	2	1	1	1	0	0	0	0	0	5
Ameaçados	0	1	0	2	1	1	1	0	0	0	2	0	8
Total	139	92	114	112	122	88	115	149	123	108	75	97	1335

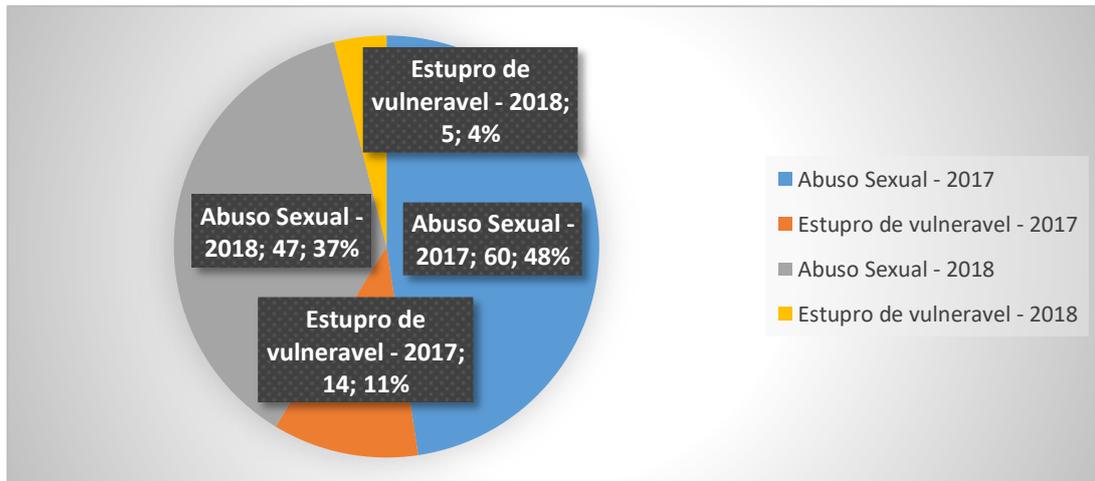
Fonte: Conselho Tutelar Região I – Arapiraca – 2018.

Gráfico 11 - - Incidência de violência sexual e estupro por quantidade de casos registrados no ano de 2018



Fonte: Conselho tutelar Região I- 2011

Gráfico 12 – Comparativo dos anos 2017- 2018, por tipo de violência



Quadro comparativo 2017-2018

Fonte: Conselho tutelar Região I- 2017-2018

Já os relatórios disponibilizados pelo Conselho Tutelar Regional II, estão bem mais completos com informações do atendimento, por sexo e mês do ano, além de conter os realizados pelo disk 100. Também é informado a idade de crianças e adolescentes atendidas, tipos de violência, localidade urbanas e rurais com maiores índices de violência, além de também discriminar todos os bairros com ocorrência. Informa também os supostos agressores,

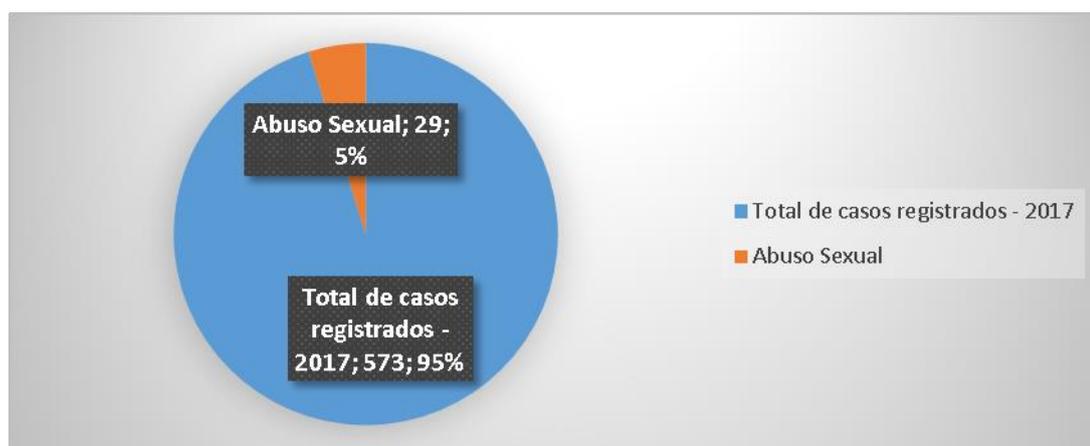
Fonte: Conselho Tutelar Regional II – 2017

Tabela 5 - Tipos de violência – Conselho Regional II – 2017

Violências	JA N	FE V	MA R	AB R	M AI	JU N	JU L	AG O	SE T	OU T	NO V	DE Z	TOR AL GER AL
Maus-tratos	01		02		02	02	01	04	02	09	04	06	33
Desaparecim ento				01			01		01	01	03		07
Abuso sexual	01	01	02	05	03	04	01	05	02	04	01	2	29
Negligência	08	04	13	11	08	12	06	11	15	16	16	10	130
Abandono de incapaz	02	01		01		01			01	01	01	01	09
Trabalho infantil			06	03			03		01				10
Agressão verbal	01	02	03	02	05	06	02	05	06	09	09	04	50
Alienação parental			01	01	01		01		03	03	03		11
Saúde	04		04		01	02	04		01				17
Educação	03	01	03	03	01	05		02	04	03	01		30
Pensão alimentícia	01	01	02	02	02								09
Ameaça de morte													
Bulling			01	01			03						02
Agressão Psicológica	03	03	11	07	05	06	05	08	11	10	08	05	75
Agressão Física	01	02	05	01		04	03	06	04	05	09	09	43
Guarda compartilha da	04	04	04	02	05		03	01	08	01	04	4	38
Drogas	06	01	05	03	02	02		06	02	02	05	5	33
Certidão de nascimento	07		03		03	05			02	01			37
Alienação parental	04	01	03		05	01			01		01	1	16
Adoção ilegal	03								01				04
Total													573

Fonte: Conselho Tutelar Regional II – 2017

Gráfico 13 – Total de registros de violência sexual no ano de 2017



Fonte: Conselho Tutelar Regional II – 2017

Tabela 6 - Supostos Agressores – Conselho Regional II – 2017

Supostos agressores	JA N	FE V	MA R	AB R	MA I	JU N	JU L	AG O	SE T	OU T	NO V	DE Z	Tota l gera l
Pai	06	01	11	07	11	07	02	03	07	07	03	02	67
Mãe	09	06	10	07	11	08	04	04	12	07	06	03	87
Tio paterno								03					3
Tia materna								01					1
Avó materna								01					1
Avó materna					01			01					2
Próprio adolescente	04	01	02	03	04	01	02	01	03	01	01	01	25
Própria criança	01							01					2
Tio paterno													
Tia materna								01					1
Escolas								01					1
Creches													
Educação	01			01				02	02		01		7
Saúde			02										2
Padrasto-madrasta			02			01						01	4
Vizinho						01		02			01		3
Outros			01	02			03					01	8

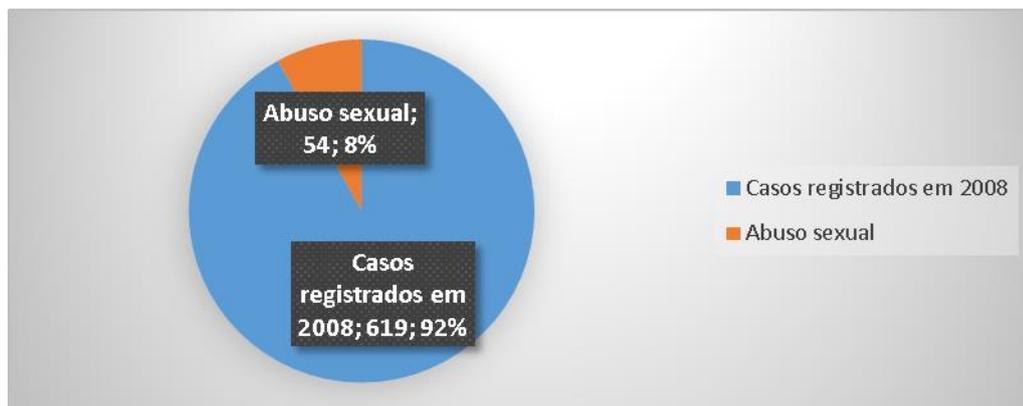
Fonte: Conselho Tutelar Regional II – 2017

Tabela 7 - Conselho Tutelar Regional II - Atendimento público – Feminino e masculino- 2018

<i>Mês/sexo</i>	JAN	FEB	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL GERAL
<i>FEMININO</i>	41	38	17	16	20	20	21	15	11	21	8	12	251
<i>MASCULINO</i>	41	20	32	20	17	33	31	32	20	19	15	18	298
<i>TOTAL</i>	82	58	49	36	37	63	52	47	31	40	23	30	549
<i>DISK 100</i>													
<i>DISK 100</i>	JAN	FEB	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL GERAL
<i>PROCEDENTES</i>	01	03	02	03	03	05		04	03	02	04	03	33
<i>IMPROCEDENTES</i>		01		01		03		01					6
<i>ATENDIMENTO GERAL</i>													588

Fonte: Conselho Tutelar Regional II – 2018

Gráfico 14 - Total de registros de violência sexual no ano de 2018



Fonte: Conselho Tutelar Regional II – 2018

Tabela 8 - Supostos Agressores – Conselho Regional II – 2018

Supostos agressores	JAN	FEB	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total geral
Pai	7	4	6	6	8	1	2	6	7	1	3	4	55
Mãe	21	17	17	8	7	4	4	9	8	2	4	10	111
Tio paterno										1			1
Tia materna	1							1					2
Avó paterna		1									1		4

Avó materna	16												1
Próprio adolescente	16	4	6	2	3	5	4			3	1	3	49
Própria criança										1			1
Tio paterno													
Tia materna													
Escolas	1	1	1	1									5
Creches	1	2	2										3
Educação	3		3										9
Saúde	4	1	3									3	8
Padrasto-madrasta	4	1	1					2	2				12
Vizinho	1	1	1				1	4	4	1	1	1	13
Outros	1	1	1	3			1	1				1	8

Fonte: Conselho Tutelar Regional II – 2018

Tabela 9 - Tipos de violência – Conselho Regional II – 2017

Violências	JAN	FEB	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL GERAL
Maus-tratos	8	5		3	2	9	10	5	3	3	2	3	53
Desaparecimento							2	2	1		1		6
Abuso sexual	8	7	4	4	3	1	4	4	6	5	3	5	54
Negligência	30	14	12	7	9	12	11	14	6	4	6	5	128
Abandono de incapaz	2		2			1		2					7
Trabalho infantil				1	1	4	1		1				8
Agressão verbal	12	2	6	3	2	7	6	3	3	2	3	2	51
Alienação parental	3	2	1	1		2	1		2				12
Saúde	7	5	5	4	6	5	2	2		3		1	40
Educação	5	8	7	4	3	2	4	3	1	1	1	5	44
Pensão alimentícia	3			1	2	2	2	1			1		12
Ameaça de morte													
Bullying						1			1				2
Agressão Psicológica	5	10	4	1	3	6	6	2	5	5	3	5	55
Agressão Física	6	3	2	1	4	5	6	5	5	4	1	7	49
Guarda compartilhada	4	1	2			3	3	2	1	2		1	19

Drogas	8		4	3	2	2	8	2		2	1	2	35
Certidão de nascimento	8	3	1	3	4	4	2	3	2	2	1	1	34
Alienação parental						1	1		2	2	1	1	8
Adoção ilegal		1										1	2
Total													619

Fonte: Conselho Tutelar Regional II – 2018

Nota-se diante do apresentado que muitos são os desafios, dilemas e dificuldades enfrentados, tanto pelos profissionais que atuam diariamente frente a essa problemática da violência sofrida pela criança e o adolescente, como também por aqueles que procuram os serviços, incluindo a dificuldade em relação as notificações da violência. Tornando-se difícil a ação e o mapeamento do cenário da violência contra a criança e o adolescente no município, mostrando como a rede de proteção ainda é frágil, diante das demandas e da realidade vivenciada pelos profissionais e famílias envolvidas nesse processo. O relatório organizado pela OMS já apontava esses problemas e em relação aos dados disponibilizados coloca: “[...] as pesquisas normalmente têm negligenciado a violência sexual. Os dados disponíveis são insuficientes e Fragmentados” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002, p. 148).

Os baixos índices de denúncias, verificados no presente estudo, acordam com achados de outras pesquisas que apontam a presença de subnotificação nos registros de violência doméstica contra crianças e adolescentes que, majoritariamente, costuma ser praticada pelos pais e familiares. Cabe assinalar que, a situação de subnotificação dos casos de violência contra crianças e adolescentes, que costuma estar associada a fatores internos da dinâmica familiar, costuma ser agravada por fatores externos, de responsabilidade social e que podem ser viabilizados por decisões político-administrativas. (COSTA *et al.*, 2007, p. 1136).

Ainda existe um longo caminho para real efetivação para a rede de proteção no que tange a violação de direitos da criança e do adolescente, não só no cenário municipal, mas nacional e mundial. A precarização e as fragilizadas relações de trabalho, a falta de recursos humanos e insumos materiais, são algumas das dificuldades encontradas pelos profissionais. O desemprego, falta de moradia digna e alimentação, exposição ou vivência em ambientes insalubres, são alguns fatores encontradas pelas famílias e crianças que sofrem com a violência e buscam o serviço de proteção social. Tanto essa realidade encontrada pelas famílias e crianças, quanto a vivenciada pelos profissionais, são algumas das expressões da questão social, que acabam por se tronarem em suas primícias, uma forma de violência produzida pelo sistema capitalista, refletindo diretamente nas relações sociais estabelecidas entre os homens. Lembrando a fala de Cavalli que uma vez, estando dentro do modo de

produção capitalista e fazendo parte de sua dinâmica, sofremos com a violência estrutural que é fruto desse sistema e tão necessária para regular as relações entre as classes no mesmo, assim, “[...] o violentador é antes de tudo, vítima de uma violência maior, mais profunda, estrutural” (CAVALLI, 2009, p. 9)

3.4 Os Determinantes que Omitem a Denúncia da Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente na Família.

A violência contra a criança e o adolescente está presente em toda a história da humanidade, manifestando-se das mais diversas formas, de acordo com os aspectos histórico, sociais e culturais. Esse fenômeno faz parte da dinâmica do capitalismo aparecendo por meio da violência estrutural, através das várias expressões da questão social, que é fruto do capital, a exemplo da violência doméstica que vem atravessando as camadas sociais, podendo as vítimas assumirem o papel de agressores.

Partindo do pressuposto dos dados coletados e apresenta os no presente trabalho e de que é a violência estrutural responsável por tantas formas de manifestações da questão social, incluindo a violência sexual contra crianças e adolescentes, iremos pontuar algumas características levantadas em pesquisas bibliográficas de características presentes em famílias que tiveram a incidência desse tipo de violência, compreendendo que é a partir desse panorama traçado que se conseguirá compreender quais os determinantes que omitem as denúncias do abuso, ponto tão frágil quando se fala dos registros dessa violência em específico, dificultando estudos, pesquisas na área e o desenvolvimento de políticas públicas que realmente sejam efetivas e eficazes na área, uma vez que atualmente os dados só mostram a ponta do iceberg.

No Brasil, a violência estrutural, responsável pela desigualdade social, contribui com o desenvolvimento da violência interpessoal, nos diferentes segmentos sociais, em especial na dinâmica e no modelo familiar. Estudos apontam que a violência doméstica faz parte de um contexto socioeconômico e cultural, que pode influenciar o comportamento agressivo dos familiares, os quais tendem a repetir as condições de exploração e abandono de que são vítimas, contribuindo assim para a perpetuação da violência contra crianças e adolescentes, num ciclo vicioso (COSTA *et al.*, 2007, p. 1130).

A violência intrafamiliar que ocorre no lar da criança e/ou dos adolescentes, por ser cometida por algum familiar ou parente, faz desse tema um assunto de grande repercussão, pois é um dos fatores que impedem o devido procedimento nessas situações, além de ferir a criança e o adolescente que estão em pleno desenvolvimento, afetando na sua integração social, podendo causar traumas físicos e/ou psicológicos. Essa violência ainda é usada nos

dias de hoje como uma forma de educar e corrigir alguma transgressão cometida.

Torna-se evidente que o abuso sexual intrafamiliar, assim como as demais formas de violência, emerge do cenário socioeconômico e político da sociedade. Valores culturais, preconceito relacionado ao gênero, à geração, à raça/etnia e as práticas discriminatórias são fatores que resultam na exclusão em massa de grande parte da população e, conseqüentemente, muitos acabam sendo alvo da violência, neste caso, do abuso sexual intrafamiliar. (PEDERSEN, 2010, p. 54)

No contexto familiar a violência, historicamente é construída através de relações de poder, gênero, etnia e classe social. Se expressando ainda de forma mais extrema com a relação desigual entre homem e mulher, relação de poder, distribuição desigualdade renda, discriminação de raça e de religião. Têm-se então, que a desigualdade social é a atenuante mais forte nos casos de violência, junto com ela podemos colocar como uma de suas manifestações podemos colocar a pobreza. A violência intrafamiliar, assim como demais formas, perpassa por todas as classes sociais, mas ela se manifesta com mais intensidade nas famílias pobres que sentem mais expressivamente em seu cotidiano as expressões da questão social oriunda do capitalista.

É justamente por essas famílias terem dificuldades de enfrentá-las no seu dia a dia, são públicos das diferentes políticas públicas, em especial, a de Assistência Social. Contudo coloca-se aqui que as famílias de classes, também são vítimas de classe média e alta, também são vítimas da violência, no entanto são mais difíceis de se reconhecerem nesse processo dificilmente procurando os serviços disponíveis através das políticas públicas, gerando subnotificação.

São muitas e variáveis as causas que podem potencializar a violência contra criança e o adolescente, entre as mais comuns estão, problemas de saúde mental; dependência e abuso de álcool e outras drogas; problemas neurológicos; genético; histórico familiar de violência doméstica; ocorrência de perturbações psicológica; pais jovens; gravidez indesejada; práticas educativas muito rígidas e autoritárias; isolamento social da família evitando ter intimidade com outras pessoas; práticas hostis desprotetoras ou negligentes em relação à criança e o adolescente; fatores adversos que colocam a família em situação estressantes ou facilitadores para a pratica do ato violento.

Com relação a tudo isso, é possível evidenciar que o abuso sexual intrafamiliar está diretamente relacionado à questão social, ou seja, aos fatores e circunstâncias que lhe constituem e dão forma. Esta, por sua vez, se aprofunda e se torna mais complexa a cada dia que passa, pois, as desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais geradas pelo capitalismo, também assumem novas e maiores proporções (PEDERSEN,

2010, p. 57)

Fica claro que a desigualdade social a qual as famílias as mais pobres são expostas acaba submetendo-a as precárias condições de vida sem garantia de alimentação, moradia, trabalho, a saúde e outros serviços que possibilita minimamente uma vida digna, fazendo com que esses indivíduos se sintam incapazes de proteger os membros de família, em especial, as crianças e os adolescentes, levando a situações de estresse e passíveis de violência o que também pode tornar a população infanto-juvenil mais propensa a violência sexual e outras formas de violência.

Os potenciais determinantes na ocorrência de violência também são aqueles que levam a omissão, com algumas mudanças e suas manifestações. A omissão de denúncias e enfrentamento dos casos de violência está fadada a um histórico econômico sociocultural de nossa sociedade, enraizada profundamente nas famílias, especialmente as mais vulneráveis, expostas as fragilidades e inseguranças que o sistema capitalista perversamente cria e recria, como forma de manter as relações de poder e absolutizar esse modo de produção como dominante.

Nesse sentido, destaca-se o quanto à pobreza contribui para tornar a família vulnerável no sentido de não poder garantir proteção e os cuidados devidos aos seus membros e, conseqüentemente, formar um ambiente propício para a ocorrência de outras formas de violência, tendo em vista que a privação de trabalho, renda, comida, educação, assistência, saúde, habitação entre outros direitos, constituem-se também numa forma de violência que vitima as famílias que fazem parte e vivenciam diariamente esse processo de negação dos seus direitos. Contudo, destaca-se que não somente as famílias pobres são vítimas das mais diversas formas de violência. Estas invadem o cotidiano das famílias que vivem nos barracos até as famílias que vivem em mansões e palácios. (PEDERSEN, 2010, p. 62)

Essas relações de poder determinam, como que conseqüências das anteriormente mencionadas, na forma de medo; dominação; sentimento de inferioridade; incapacidade; discriminação de sexo; rejeição social e familiar; dependência financeira; vergonha; humilhação; autoridade patriarcal; salvaguardar o matrimônio e a família; julgamento social e até mesmo por se acreditar numa pretensa “normalidade”, além de uma descrença nas leis e órgãos responsáveis pelo registro e execução das medidas de proteção.

Segundo estudiosos, a maior parte das vítimas de violência sexual não registra a queixa, por constrangimento e receio de humilhação, somados ao medo da falta de compreensão ou interpretação equivocada de familiares, amigos, vizinhos e autoridades. Sabe-se que a real prevalência dos crimes sexuais ainda é pouco conhecida e acredita-se que o índice de subnotificação seja muito alto. (COSTA *et al.*, 2007, p. 1138).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que ao longo dos séculos, o entendimento sobre as especificidades da infância e a forma de tratamento da criança foi omitido, pode-se afirmar que foi tardio o trato da infância pela sociedade como um todo.

Tudo na vida precisa ser vivido com profundidade e é constatado por vários escritores a importância de se ter uma infância digna com amor, respeito, direitos e atenção, pois é muito importante em cada fase da infância das crianças, principalmente em seu estado psicológico como uma infância vivida dignamente contribuirá para sua vida adulta, intelectual, social, profissional. É um momento único e de grande relevância para todo ser humano para seu contexto histórico e social como ser capaz de pensar e socializar com os demais seres, uma infância bem vivida contribuirá para uma vida adulta menos complicada com proposições positivas. Porém, é compreensível ouvir falar que a maioria das crianças não teve e nem tem em sua vida algo que lembre o que é infância para elas.

A afirmação da família na sociedade historicamente está ligada a preservação da propriedade, através de normas, valores e relações de poder. No decorrer da história a família vem passando por transformações na sua estrutura e dinamicidade, por influência de fatores econômicos, sociais, culturais, políticos, religiosos e tecnológicos. Por anos foi negligenciado a importância da infância e da adolescência dentro da sociedade, de como a atenção a essa fase da vida pode influenciar na formação do adulto do futuro. Mesmo as primeiras intenções de “cuidado” estavam cheias de segundas intenções, o intuito era formar mão de obra para o mercado para atender os interesses do capital, fazendo movimentar esse grande ciclo político e econômico que movimenta a sociedade capitalista carregada de princípios neoliberais

E neste contexto que aflora a violência como produto da sociedade capitalista, aumentando as desigualdades e recriando formas para sua manutenção. A violência é intrínseca do modo de produção capitalista que está presente na estrutura das sociedades modernas, ela é multifacetada, mudando suas formas e técnicas de acordo com o movimento da sociedade, em âmbito nacional e mundial.

Dessa forma, a violência estrutural presente na sociedade é organizada nos moldes capitalista, estando presente no processo produtivo da vida cotidiana da classe trabalhadora com consequências muitas vezes extremas, surgindo na chamada questão social em suas diversas expressões. Fome, miséria, desemprego, desigualdades sociais, abandono e exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho infantil entre outras formas, são exemplos da manifestação da questão social no cotidiano da população, expressados também

através da violência.

Fica cada vez mais claro que com profundas raízes culturais e inserida no contexto histórico a violência sexual é um fenômeno da violência que atinge todas as faixas etárias, classes sociais, culturas e ambos os sexos. O medo, a fragilidade do sistema de denúncia, a falta de credibilidade do sistema legal de que trata esse tipo de violência e o silêncio, dificultam as notificações da violência sexual, deixando claro também a fragilidade dos dados, que são apresentados pelas as diversas instituições que tratam esse problema.

Fato que ficou evidente com a coleta de dados realizada no município de Arapiraca, na Delegacia da Mulher, da Criança e do Adolescente e dos dois Conselhos Tutelares, região I e II. Na Delegacia os dados se mostraram mais fragilizados, pelo fato de não se ter uma organização, sistematização desses dados. O órgão mostrou que os dados não recebem a devida importância, apesar dos profissionais que atuam naquele ambiente, reconhecerem a necessidade dos mesmos. Na ocasião das visitas para coleta dos dados, ficou visível a precariedade nas condições de trabalho. A deficiência de material para realização de trabalho, e em específico na delegacia, a falta de recursos humanos. O que segundo o agente, é o que precariza a sistematização dos dados.

Os dados que foram fornecidos pela delegacia, foram entregues em uma folha de ofício, feito à mão, pelo agente que se encontrava a serviço. Demonstrando que nem o próprio órgão tem uma visão da situação dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no município, fazendo-se questionar a veracidade dos dados.

Em relação aos dados coletados nos Conselhos Tutelares do município, a realidade em relação as condições de trabalho no órgão, não foi diferente. Foi relatada a fragilidade nas relações de trabalho, a precariedade física do ambiente de trabalho, no qual as salas não dão privacidade para atendimento; falta de material de escritório, telefone, transporte. A realidade, das condições de trabalho, tanto da delegacia, quanto dos conselhos, acaba por mostrar profissionais, casados, sobrecarregados e desmotivados.

Em relação aos dados coletados nos Conselhos Tutelares, mesmo com as limitações e dificuldades já mencionadas, a sistematização dos dados é realizada, ainda não é da forma ideal, mas é demonstrada a preocupação de fazê-la. No entanto percebeu-se que os dados coletados no conselho da região I, são menos precisos e incompletos nas informações, não constado sexo, idade, possíveis agressores, localidades com mais incidência da violência, sendo possível verificar algumas divergências nos mesmos. Já no conselho tutelar da região II, os dados foram mais completos, com idade, sexo, localidades com maior incidência de violência, os possíveis agressores, as formas como foram feitas as denúncias, se diretamente

no conselho ou pelo disk 100 e os encaminhamentos realizados.

A realidade encontrada no município de Arapiraca não difere da que é percebida do Brasil. Ainda existe a subnotificação dos casos, além das dificuldades e situações vivenciadas, como as precárias relações de trabalho e no trato dos dados, compromete o real cenário da violência por crianças e adolescentes, mostrando que a violência a qual são expostos, são reflexo das anteriormente praticadas ao longo da história, tendo ainda traços que leva a ver a criança e o adolescente ainda como um ser que tem que ser submisso, servil, obediente, independentemente da situação que se encontrar. Em sua grande maioria, a violência ainda ocorre dentro do próprio lar e por parentes, familiares, amigos ou alguém próximo. O ambiente que seria de proteção se torna lugar de cárcere, tortura, medo. E quem deveria proteger, da segurança e ser sinal de confiança, se torna algoz.

Conclui-se então, que mesmo com os avanços no campo da legislação, com a Convenção Mundial dos Direitos da Criança e do Adolescente e Constituição Cidadã de 1988, que o panorama nacional de direitos começou a ter uma mudança significativa em todo o território nacional. E mais especificamente, falando de uma política de proteção voltada para a criança e o adolescente, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, que levou a criança e o adolescente a serem reconhecidos como sujeitos de direitos em situação peculiar de desenvolvimento e da adoção da proteção integral ainda se tem um longo caminho a percorrer para a superação dessa realidade, uma vez que, a causa tem raízes fundadas na história, fazendo parte da dinâmica da sociedade capitalista, que possui uma lógica perversa para se recriar e se manter como dominante, fragilizando a rede de proteção social através da precarização e o desmantelamento das políticas públicas, tornando-se cada vez mais difícil responder as demandas que surgem

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro 2. ed. Zahar Editores, 1978.

BEHRING, E.R; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo. Cortez, VI. 2, 2006.

BOLETIM MENSAL DA ESTATÍSTICA CRIMINAL DO ESTADO DE ALAGOAS: setembro de 2020. Disponível em: <http://seguranca.al.gov.br/estatisticas/59/> . Acesso em 12 nov. 2020.

BRASIL. Lei 8.069/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

BURITI, Flavio Dinoa. Darcy Ribeiro em busca de uma identidade nacional. *In: Simpósio Nacional de História, 22., 2003*, João Pessoa. **Anais Eletrônicos ANPUH**, Paraíba, UFPB, 2003, p. 1-6. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anaisimpdios/pdf/201901/1548177541_e2683d3c3c9d8985cf4607a3ea8ff6f6.pdf. Acessado em 08 fev. 2020.

CAVALLI, Michelle. Violência Estrutural: Enfrentamentos para o Serviço Social?. **Revista Ciências e Profissões em Transição**. Londrina, v. 5, n. 5, p. 1-21. 2009. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/2596/2302> . Acessado em 01 nov. 2020

COSTA, Maria Conceição Oliveira et. al. **O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência**. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232007000500010&script=sci_arttext&tlng=pt . Acessado em 01 nov. 2020.

DAHLBERG, Linda L. KRUG, Etienne G. **Violência: um problema global de saúde pública**. Saúde coletiva, vol.11. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000500007 . Acessado em 12 nov. 2020.

DEL PRIORI, Mary. História da criança no Brasil. *In: PASSETI, Edson. As crianças brasileiras: um pouco de sua história*. [S.I: s.n], 1997. mimeo.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias**. São Paulo, EDUSP, 1996. Texto disponível em: [https://www.intaead.com.br/ebooks1/livros/hist%F3ria/12.Hist%F3ria%20do%20Brasil%20-%20Boris%20Fausto%20\(Col%F4nia\).pdf](https://www.intaead.com.br/ebooks1/livros/hist%F3ria/12.Hist%F3ria%20do%20Brasil%20-%20Boris%20Fausto%20(Col%F4nia).pdf). Acessado em 08 fev. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HENICK, Angelica Cristina. FARIA, Paula Maria Ferreira de. História da Infância no Brasil. *In: Congresso Nacional de Educação, 12.2015. Anais Eletrônicos EDUCERE* . Paraná:

PUCPR, 2015, p. 25825- 25834. Disponível em:
https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19131_8679.pdf. Acessado em 12 fev.2020.

HESPANHA, António Manuel. (org.). História de Portugal. **O Antigo Regime (16201807)**. Lisboa: Estampa, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul de. Uma Concepção Teórica da Reprodução das Relações Sociais. In: **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 33ª edição. 2011.

IANNI, Octávio. Violence in contemporary society. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, n.12, p. 7-28, 2002. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/268127532.pdf> . Acessado em 01 nov. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2020**. Brasília, Rio de Janeiro; São Paulo, 2020. Disponível em:https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36488&Itemid=432 . Acessado em 01 nov. 2020.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Rômulo André. A violência como potência econômica: acumulação primitiva, guerras e poder de Estado no capitalismo. In: *Encontro Nacional de Economia Política, Trabalho*, 15., 2010, São Luís. **Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)**. Rio de Janeiro, 2010. p. 1-25.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Rev. bras. Saúde, maternidade e infância**. Recife, p. 91-102, maio/ago., 2001. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151938292001000200002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acessado em 01 nov. 2020.

NASCIMENTO, Cláudia Terra do; BRANCHER, Vantoir Roberto; OLIVEIRA, Valeska Fortes de. A Construção Social do Conceito de Infância: algumas interlocuções históricas e sociológicas. **Revista Olhar do Professor**. Paraná. Editora Unijuí, Ano 23, n. 79, p. 47-63, 2008. Disponível em:
<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1051>. Acessado em 05 ago. 2020.

NASCIMENTO, Emerson Oliveira do. Acumulação social da violência e sujeição criminal em Alagoas. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, vol. 32, n. 2, p. 465- 485. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922017000200465&script=sci_abstract&tlng=pt. Acessado em 03 nov. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial sobre violência e saúde**. Genebra, 2002. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wpcontent/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>. Acessado em 03 nov. 2020.

PEDERSEN, Jaina Raqueli. **Abuso Sexual Intrafamiliar: do silêncio ao seu enfrentamento**. 136 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5140>. Acessado em 14 nov. 2020.

PEREZ, José Roberto Rus, PASSONE, Eric Ferdinando. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. IN.: **Cadernos de Pesquisa**. Campinas, v.40, n.140, p. 649-673, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000200017>. Acessado em 06 ago. 2020.

RIBEIRO, Adelia Miglievich. Darcy Ribeiro e o enigma brasil: um exercício de descolonização epistemológica. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 26, n. 2, p. 23- 49. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v26n2/v26n2a03.pdf> . Acesso em 08 fev. de 2020.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Márcia Aparecida. *et. al.* Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2004000200013. Acessado em: 01 nov. 2020.

SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena. Adolescência através dos Séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. São Paulo, v. 26 n. 2, p. 227-234, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010237722010000200004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acessado em 01 ago. 2020.

SILVA, Daniel Neves. **O que eram os Jesuítas?** Florianópolis: Brasil Escola. 2015. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-eram-os-jesuítas.htm>. Acesso em 12 fev. 2020.

SIQUEIRA, Kássia de Oliveira Martins; LINO, Michelle Villaça. Assistência Social e Biopoder: produzindo “vulnerabilidades”, prevenindo “riscos” e normalizando as formas de viver. **Mnemosine**. Rio de Janeiro, v.9, n. 2, p.35-53, 2013.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Jesuítas x Bandeirantes**. Florianópolis: Brasil Escola, 2016. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/jesuítas-x-bandeirantes.htm>. Acesso em 12 fev. 2020.

SOUZA, Aparecida Velasco do Nascimento. **Gravidez e Política Social**. 2007. 123 p. Dissertação (Programa de pós-graduação em política social). Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18567/1/2007_AparecidaVelascoDoNascimentoSou

za.PDF. Acessado em: 17 ago. 2020.

LOCATTELI, Aramylle Bastos. **Por que vítimas de abuso sexual demoram a denunciar?** Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/policia/por-que-vitimas-de-abuso-sexual-demoram-a-denunciar-0819> Acessado em: 15 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e do Direitos Humanos. **Ministério divulga dados de violência sexual contra crianças e adolescentes.** Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes> Acessado em: 15 nov. 2020.

TORRES, Josenildo. **Crianças e adolescentes predominam nos casos de violência sexual em alagoas.** Alagoas, Secretaria Estadual de Saúde de Alagoas, 2020. Texto disponível em: <https://www.saude.al.gov.br/criancas-e-adolescentes-predominam-nos-casos-de-violencia-sexual-em-alagoas/> Acessado em: 15 nov. 2020.

FUNDO DE EMERGÊNCIA INTERNACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Violência sexual contra crianças é crime e deixa traumas para toda a vida.** Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/violencia-sexual-contra-criancas-e-crime-e-deixa-traumas-para-toda-a-vida> Acessado em: 15 nov. 2020.

CHILDHOOD PELA PROTEÇÃO DA INFÂNCIA. **A violência sexual infantil no brasil.** São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.childhood.org.br/a-violencia-sexual-infantil-no-brasil> Acessado em 15 nov. 2020.

AMORIM, Marcelo. **Alagoas está entre os estados com mais homicídio do País, segundo Atlas da Violência.** Alagoas, 2019. https://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2019/08/_82662.php Acessado em 15 nov. 2020.

ALAGOAS. Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Alagoas. **Redução dos índices de violência impulsiona a chegada de empreendimentos e novos voos.** Maceió, 2020. Disponível em: <http://sedetur.al.gov.br/noticia/item/2574-reducao-dos-indices-de-violencia-impulsiona-a-chegada-de-empreendimentos-e-novos-voos> Acessado em: 15 nov. 2020.

ARAPIRACA. Prefeitura. **Portal da transparência.** Disponível em: <https://transparencia.arapiraca.al.gov.br> Acessado em 15 nov. 2020.

ANEXOS

ANEXO A – Carta de Apresentação a Delegacia da Mulher, Criança e Adolescente do Município de Arapiraca



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
UNIDADE EDUCACIONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
COORDENAÇÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Rua Sonho Verde, s/nº – Eucalipto – CEP 57.606-100
Tel.: (82)3420-1384
popai.ufal@gmail.com

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A Senhora
Maria Fernandes Porto (DELEGADA)
Delegacia da Mulher, Criança e Adolescente do Município de Arapiraca
Fone:3521-6318
End: Rua Domingos Correia, 35, Centro, Arapiraca - Alagoas

Senhora Delegada,

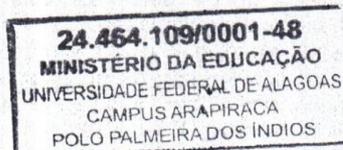
Apresentamos a graduanda JOSEFA NUNES DE OLIVEIRA, aluna regularmente matriculada no Curso de Graduação em Serviço Social. A referida aluna tem como proposta de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC realizar uma pesquisa sobre “A Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no município de Arapiraca”.

Assim, solicitamos de Vossa Senhoria uma parceria no sentido de disponibilizar dados referentes ao registro de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes que deram entradas nesta delegacia no período de janeiro de 2017 a janeiro de 2019.

Atenciosamente,

Adielma Lima do Nascimento

Profª Ma. Adielma Lima do Nascimento
Coordenadora de Curso de Graduação em Serviço Social
Orientadora do TCC
SIAPE 2555493



*Recido
91914908*

*Recido em: 01/08/2019
Recido*

ANEXO B – Carta de Apresentação ao Conselho Tutelar de Arapiraca Região 2



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
UNIDADE EDUCACIONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
COORDENAÇÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Rua Sonho Verde, s/nº – Eucalipto – CEP 57.606-100

Tel.: (82)3420-1384

popai.ufal@gmail.com

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Ao Senhor
LÁZARO DA SILVA LOPES (Presidente)
Conselho Tutelar Região 2
Arapiraca - Alagoas

Senhor Conselheiro,

Apresentamos a graduanda JOSEFA NUNES DE OLIVEIRA, aluna regularmente matriculada no Curso de Graduação em Serviço Social. A referida aluna tem como proposta de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC realizar uma pesquisa sobre "A Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no município de Arapiraca".

Assim, solicitamos de Vossa Senhoria uma parceria no sentido de disponibilizar dados referentes ao registro de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes que deram entradas neste Conselho Tutelar no período de janeiro de 2017 a janeiro de 2019.

Atenciosamente,

Adielma Lima do Nascimento
Profª Ma. Adielma Lima do Nascimento

Coordenadora de Curso de Graduação em Serviço Social

Orientadora do TCC

SIAPE 2555493

Emerson Horacido
Recb.: 07.08.2018

24.464.109/0001-48
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
POLO PALMEIRA DOS ÍNDIOS

ANEXO C – Carta de Apresentação ao Conselho Tutelar de Arapiraca Região 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 CAMPUS ARAPIRACA
 UNIDADE EDUCACIONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
 COORDENAÇÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Rua Sonho Verde, s/nº – Eucalipto – CEP 57.606-100
 Tel.: (82)3420-1384
 popai.ufal@gmail.com

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Ao Senhor
 ZEILTON OLIVEIRA DA SILVA (Presidente)
 Conselho Tutelar Região 1
 Arapiraca - Alagoas

Senhor Conselheiro,

Apresentamos a graduanda JOSEFA NUNES DE OLIVEIRA, aluna regularmente matriculada no Curso de Graduação em Serviço Social. A referida aluna tem como proposta de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC realizar uma pesquisa sobre "A Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no município de Arapiraca".

Assim, solicitamos de Vossa Senhoria uma parceria no sentido de disponibilizar dados referentes ao registro de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes que deram entradas neste Conselho Tutelar no período de janeiro de 2017 a janeiro de 2019.

Atenciosamente,

Adielma Lima do Nascimento
 Profª Ma. Adielma Lima do Nascimento
 Coordenadora de Curso de Graduação em Serviço Social
 Orientadora do TCC
 SIAPE 2555493

*Recebido em:
 07/08/2019
 Juiz Fátima Santos*

